

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CARINA ARNECKE ANSCHAU

**CARA OU COROA – OS DOIS LADOS DA MOEDA?
O ISEB E O NACIONALISMO
NAS APOSTAS DE HÉLIO JAGUARIBE E NELSON WERNECK SODRÉ**

**Florianópolis
2016**

CARINA ARNECKE ANSCHAU

**CARA OU COROA – OS DOIS LADOS DA MOEDA?
O ISEB E O NACIONALISMO
NAS APOSTAS DE HÉLIO JAGUARIBE E NELSON WERNECK SODRÉ**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Curso de História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel e Licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Roberto Voigt

**Florianópolis
2016**



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
COLEGIADO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

ATA DE DEFESA DE TCC

Aos onze dias do mês de julho do ano de dois mil e dezesseis, às dezessete horas, na sala três do Bloco C Centro de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal de Santa Catarina, reuniu-se a Banca Examinadora composta pelo Professor **Márcio Roberto Voigt**, Orientador e Presidente, o Doutorando **Diego Pacheco**, Titular da Banca, e a Doutoranda **Scheyla Tizatto dos Santos**, Suplente, designados pela Portaria nº/30HST/16 do Senhor Chefe do Departamento de História, a fim de argüirem o Trabalho de Conclusão de Curso da acadêmica **Carina Arnecke Anschau**, subordinado ao título: “**Cara ou coroa: os dois lados da moeda – O ISEB e o nacionalismo nas apostas de Hélio Jaguaribe e Nelson Werneck Sodré**”. Aberta a Sessão pelo Senhor Presidente, o acadêmico expôs o seu trabalho. Terminada a exposição dentro do tempo regulamentar, a mesma foi arguida pelos membros da Banca Examinadora e, em seguida, prestou os esclarecimentos necessários. Após, foram atribuídas notas, tendo a candidata recebido do Professor **Márcio Roberto Voigt**, a nota final *Det.*, do Doutorando **Diego Pacheco**, a nota final *Det.*, e da Doutoranda **Scheyla Tizatto dos Santos**, a nota final *Det.*; sendo aprovado com a nota final *Det.*. A acadêmica deverá entregar o Trabalho de Conclusão de Curso em sua forma definitiva, em versão digital ao Departamento de História até o dia vinte e um dias do mês de julho de dois mil e dezesseis. Nada mais havendo a tratar, a presente ata será assinada pelos membros da Banca Examinadora e pela candidata.

Florianópolis, 11 de julho de 2016.

Banca Examinadora:

Prof. **Márcio Roberto Voigt**
Doutorando **Diego Pacheco**
Doutoranda **Scheyla Tizatto dos Santos**
Candidata **Carina Arnecke Anschau**

RESUMO

Na segunda metade da década de 1950, intensas transformações movimentaram a sociedade, a economia e a política brasileiras. Com o aumento da urbanização e industrialização, a afirmação de uma burguesia industrial e de frações médias urbanas, bem como de uma classe operária que crescia significativamente, os planos de governo tentavam dar conta dessa diversidade. De acordo com os diferentes governos, projetos distintos vigoraram até o começo da década de 60, dentre eles os do segundo governo Vargas, Café Filho e posteriormente de Juscelino Kubistchek, influenciaram diretamente os grupos intelectuais que se organizavam com o intuito de planejar e promover o desenvolvimento do País. O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) estava imerso nesse contexto, e dois de seus intelectuais de maior destaque, Hélio Jaguaribe e Nelson Werneck Sodré, se tornaram porta-vozes de uma corrente que ganhava cada vez mais destaque na época: o nacionalismo. Este conceito teve no Brasil uma importante ressignificação, sendo incorporado pelo ISEB como um importante elemento para superar o subdesenvolvimento. Porém, esse nacionalismo teve também interpretações distintas por parte dos dois isebianos, que viam a questão de maneira díspar. Questão que será problematizada a partir da análise dos livros *O nacionalismo na atualidade brasileira* de autoria de Jaguaribe e *Raízes históricas do nacionalismo Brasileiro* de Sodré. Este será o cerne da análise do presente Trabalho de Conclusão de Curso: o papel do nacionalismo nos projetos de desenvolvimento do Brasil e o que significava ser nacionalista naquele recorte histórico específico para esses intelectuais.

Palavras-chave: Nacionalismo. ISEB. Desenvolvimento.

ABSTRACT

In the second half of the 1950s, sweeping changes moved the society, the economy and politics in Brazil. With increasing urbanization and industrialization, the affirmation of an industrial bourgeoisie and urban middle fractions and a working class that grew significantly, the government plans tried to account for this diversity. The different government projects that applied until the beginning of the 1960s, among them the second Vargas government, Café Filho and later Juscelino Kubitschek, directly influenced the intellectual groups that were organized in order to plan and promote the development of the country. The Higher Institute of Brazilian Studies (ISEB) was immersed in this context, and two of its most prominent intellectuals, Hélio Jaguaribe and Nelson Werneck Sodr , became mouthpieces of a current that gained more prominence at the time: the nationalism. This concept had a major reframing in Brazil, being built by ISEB as an important element to overcome underdevelopment. But this nationalism also had different interpretations by the two ISEB intellectuals who saw the matter in a unequal way. Issue to be problematized from the analysis of the books *Nationalism in Brazil today* by Jaguaribe and *Brazilian nationalism historical roots* by Sodr . This will be the core of the analysis of this final term paper: the role of the nationalism in the development projects in Brazil and what it meant to be nationalist in that particular historical period for these intellectuals.

Keywords: Nationalism. ISEB. Development.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO6
CAPÍTULO I – A CONJUNTURA HISTÓRICA DA CRIAÇÃO DO ISEB.....	.13
CAPÍTULO II – O NACIONALISMO NA APOSTA DE HÉLIO JAGUARIBE26
CAPÍTULO III – O NACIONALISMO NO JOGO DE NELSON W. SODRÉ.....	41
5 CONCLUSÃO.....	.54
REFERÊNCIAS65
ANEXOS.....	68
ANEXO A – Primeiras páginas da obra <i>O Nacionalismo na atualidade brasileira</i> , de Hélio Jaguaribe.....	68
ANEXO B – Primeiras páginas da obra <i>Raízes históricas do Nacionalismo brasileiro</i> , de Nelson Werneck Sodré	74

1 INTRODUÇÃO

Quando nos perguntamos quanto de passado existe no presente, a História nos mostra determinadas conjunturas em que o tempo parece zombar da linearidade que muitas vezes lhe é imposta, trazendo de volta certos elementos, talvez por não estarem com sua potencialidade esgotada, ou porque a História é mesmo feita de rupturas e permanências – quiçá, por ambas as razões.

Muitos desses elementos dançam com os séculos, com as décadas e os anos, ora parando para descansar, ora girando no salão do tempo sem cessar. Assim, ao longo da História, num ritmo descompassado, vemos a questão do nacionalismo, que, salvaguardados seus conceitos e definições diversas, teve no Brasil uma importante ressignificação.

Se suas raízes históricas em parte remontam ao contexto da Revolução Francesa¹, ao passarmos pelo nazismo, vimos eclodir nele uma conotação pejorativa; mas na América Latina o nacionalismo adquire uma nova roupagem, em especial no Brasil, a partir dos anos de 1950, onde se torna uma ideologia desenvolvimentista².

No que diz respeito ao conceito de “nacionalismo”, uma importante contribuição teórica e historiográfica foi feita pelo historiador Eric Hobsbawm, que pesquisou as raízes do nacionalismo, bem como o surgimento do conceito de “nação”. Tais estudos irão ancorar metodologicamente o presente trabalho, para que possamos compreender as origens do nacionalismo até chegarmos a sua apropriação no contexto brasileiro.

Em *Nações e Nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*, Hobsbawm faz um estudo muito importante que nos ajuda a compreender todo o processo de formação das nações modernas, além da origem do termo e principalmente a formação de uma consciência coletiva em que os indivíduos passaram a se perceber como integrantes de uma nação e relacionadas a um Estado³. Neste sentido, o historiador considera que a ideia de nação pertence a um período historicamente recente, que se tornou uma entidade social apenas quando relacionada ao “Estado-nação”, ou seja, uma configuração territorial moderna e, segundo ele, não faz sentido discutir nação e nacionalidade fora dessa relação com o Estado.

¹ HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios, 1875-1914*. São Paulo: Paz e Terra, 1988. p. 228.

² FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. p. 119.

³ HOBBSAWM, E. J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1990. p. 18-19.

Hobsbawm complementa com uma observação muito importante, diz que o nacionalismo vem antes das nações e que é a partir dele que se formam os Estados e as nações. Para o historiador, o uso do termo “nacionalismo” está relacionado a uma unidade política e cultural congruente, ou seja, a ideia de nação se refere a qualquer corpo de pessoas suficientemente grande cujos membros consideram-se como membros de uma nação e se identificam nela, sendo representadas a partir do Estado.⁴

A relação “Estado-nação-nacionalismo” é bastante complexa, seus conceitos estão enraizados em uma conjuntura histórica muito ampla, porém não se faz possível aprofundar tal temática neste momento. Assim sendo, a partir do estudo feito por Hobsbawm, tentaremos compreender como se configurou o nacionalismo no contexto brasileiro dentro do recorte aqui estipulado.

É importante observar que o nacionalismo no Brasil teve diferentes apropriações em conjunturas históricas específicas, como, por exemplo, na década de 1930, quando foi incorporado por Getúlio Vargas em seu primeiro governo dentro de um contexto centralizador e intervencionista, especialmente pelo Poder Executivo⁵. Posteriormente, as discussões sobre o nacionalismo foram ampliadas entre a sociedade civil, ganhando força e expressão através das universidades e organizações estudantis, sindicatos, nos movimentos camponeses e, inclusive, muitos parlamentares levaram a pauta para o Poder Legislativo discutindo as possibilidades do nacionalismo⁶. Dentro da diversidade do conceito, naquele momento ganhou força no Brasil uma corrente que buscava a autonomia nacional, principalmente em relação à exploração dos recursos naturais e industrialização.

No entanto, mesmo dentro dessa corrente nacionalista, havia posições divergentes. Um determinado setor apostava num nacionalismo de autossuficiência econômica, de controle estatal, numa postura de “não alinhamento” especialmente ante os Estados Unidos, principal potência da época. De outro lado, um setor que defendia que o desenvolvimento seria mais efetivo se houvesse uma maior abertura para o capital estrangeiro e criticava o nacionalismo pelas suas restrições neste sentido.

Enquanto isso, em nosso enigmático tempo presente, vemos uma retomada do nacionalismo aqui no Brasil, porém parecendo novamente – ou ainda – acometido por

⁴ HOBBSAWM, E. J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1990. p. 18-19.

⁵ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1856-1964) In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel. *As esquerdas do Brasil: nacionalismo e reformismo radical: 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 361.

⁶ Ibidem, p. 361.

elementos pejorativos que estigmatizaram o conceito, em especial no que diz respeito à valorização exagerada e de certa forma apaixonada de determinados elementos nacionais em detrimento de outros rechaçados.

À primeira vista, em meio a agitações políticas e manifestações de uma parcela específica da sociedade brasileira, talvez possamos dizer que nos dias de hoje trata-se de um nacionalismo de tom mais patriótico, um tanto conservador, impulsionado por uma crise política e orquestrado pela grande mídia. Todavia, esta não é uma constatação precisa, devido aos contextos e tempos históricos evidentemente distintos; trata-se apenas de uma humilde reflexão, a ser estudada e ainda amadurecida posteriormente a fim de evitar anacronismos. Tentar entender esse movimento e perceber como ele se dá também são motivações para a presente pesquisa.

Muito antes de refletir sobre o nacionalismo no tempo presente, a intenção é historicizá-lo e problematizá-lo no contexto brasileiro, principalmente no que diz respeito a sua relação com os projetos da ideologia desenvolvimentista que movimentaram o nosso país, em especial a partir de 1955; é justamente isso que se pretende abordar no presente Trabalho de Conclusão de Curso.

Diante disso, o objetivo é fazer uma análise do nacionalismo no Brasil, mais especificamente no que concerne ao Instituto Superior de Estudos Brasileiros, ISEB (1955-1964), com embasamento na visão de dois de seus integrantes de maior expressão, Hélio Jaguaribe e Nelson Werneck Sodré.

Para tal, será tomado como recorte o período que abarca a fase inicial do ISEB, designadamente de 1955 a 1962, e que contempla os mandatos dos presidentes João Café Filho, Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart. O nacionalismo adquire destaque no campo ideológico, inserido nos diferentes projetos de desenvolvimento de cada um desses governos.

O ISEB foi oficialmente criado como um centro de altos estudos, contando com intelectuais de diversas áreas que pretendiam estudar, compreender e apontar caminhos para o desenvolvimento do País, tendo o nacionalismo como um de seus principais temas.

Hélio Jaguaribe⁷ foi um dos idealizadores do ISEB, nasceu em 1923, na cidade do Rio de Janeiro, formou-se em Direito pela Pontifícia Universidade Católica daquela capital (PUC-RJ) em 1946. Posteriormente, em 1952, participou da organização do Grupo Itatiaia:

⁷ Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/helio_jaguaribe>. Acesso em: 10 mar. 2016.

intelectuais paulistas e cariocas que se reuniam mensalmente no Parque Nacional de Itatiaia para discutir e estudar os problemas políticos e sociais brasileiros.

Cerca de um ano depois, os cariocas do Grupo Itatiaia fundaram o Instituto Brasileiro de Economia e Sociologia e Política (IBESP), tendo Jaguaribe como seu secretário-geral. Em 1955, Hélio Jaguaribe e os integrantes do IBESP queriam ampliar sua ação, buscavam um meio pelo qual pudessem ter mais influência e participação nas decisões de determinados departamentos do governo relativos à orientação do desenvolvimento do País.

Diante disso, contraditoriamente no mandato de João Café Filho, dado o perfil conservador de seu governo⁸, foi criado o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), um dos núcleos mais importantes de elaboração da ideologia que ficou conhecida como nacional-desenvolvimentismo. A questão da criação do ISEB no contexto do governo de Café Filho será devidamente elucidada posteriormente.

Eis que no fim de 1958, Jaguaribe publicou o livro *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*, cuja primeira parte será objeto de análise posterior no presente Trabalho de Conclusão Curso. A obra desencadeou uma crise interna no ISEB por criticar determinadas características desse nacionalismo brasileiro que estava eclodindo, como, por exemplo, a sua utilização como ferramenta de luta contra a participação de capitais estrangeiros no processo de desenvolvimento do Brasil. Assim, em 1959, após deliberações entre a direção do grupo em virtude da crise interna, Jaguaribe decidiu exonerar-se por discordar de algumas mudanças burocráticas⁹.

Nelson Werneck Sodré nasceu no ano de 1911, também na cidade do Rio de Janeiro. Coursou a Escola Militar do Realengo de 1931 a 1933, e em 1944 iniciou o curso da Escola de Comando e Estado Maior, concluindo-a em 1946. No ano seguinte, começou a lecionar naquela escola, onde permaneceu até 1950 como chefe do Curso de História Militar¹⁰. Mesmo antes de ingressar no ISEB, Sodré já tinha assumido uma posição nacionalista, apoiando com entusiasmo a campanha “O Petróleo é Nosso”¹¹ em 1948. Posteriormente, em 1955, iniciou

⁸ VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo Política Externa Independente (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 205.

⁹ ABREU, Alzira Alves de. Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel. *As esquerdas do Brasil: nacionalismo e reformismo radical: 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 417.

¹⁰ Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/nelson_verneck_sodre>. Acesso em: 10 mar. 2016.

¹¹ Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/Petrobras>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

suas atividades no ISEB, entregando-se totalmente ao trabalho intelectual de escritor e professor do Instituto, onde inclusive passou a chefiar o Departamento de História.

Jaguaribe e Sodré foram figuras de grande influência no ISEB, ambos desempenharam papéis importantes dentro da proposta do instituto. Conhecer e estudar os problemas brasileiros para assim apontar soluções e caminhos possíveis a fim de afastar o fantasma do subdesenvolvimento era um dos principais objetivos do ISEB. Porém, se os dois intelectuais concordavam com tal necessidade, também tinham opiniões distintas sobre como viabilizar o desenvolvimento do País, principalmente no que diz respeito ao nacionalismo.

Esta é a problemática do presente Trabalho de Conclusão de Curso: como Hélio Jaguaribe e Nelson Werneck Sodré entenderam o nacionalismo no Brasil? Mas, principalmente, o que era ser nacionalista no Brasil daquele período na visão desses dois isebianos?

Tal análise será feita através da apreciação da primeira parte do livro *O nacionalismo na atualidade brasileira* (1958), de autoria de Jaguaribe, bem como da obra de Sodré *Raízes históricas do nacionalismo brasileiro* (1960). Por meio de um estudo crítico, pretende-se refletir sobre a questão central a que se propõe este trabalho, ou seja, qual o papel do nacionalismo na política e desenvolvimento do Brasil de acordo com os livros supracitados.

Metodologicamente, será feita uma abordagem de caráter crítico e descritivo dos livros de Jaguaribe e Sodré, pois acreditamos que, por tratar-se de uma análise bibliográfica, torna-se mais eficiente fazer um estudo mostrando gradativamente os pontos de vista dos autores simultaneamente problematizando seus posicionamentos ao longo da apreciação dos recortes estipulados.

São dois intelectuais que estiveram presentes nas discussões políticas, inclusive, anteriores ao ISEB, mantendo-se presentes na cena intelectual e política até a nossa atualidade. Jaguaribe e Sodré deram suas contribuições também para a historiografia brasileira; através da análise de suas bibliografias, podemos compreender questões como teorias e metodologias por eles utilizadas, bem como perceber os elementos que permeiam os diferentes momentos em que escrevem seus trabalhos. Neste sentido é que se dá a importância do ofício do historiador, o qual, ao realizar seus estudos, precisa analisar não apenas o objeto mas principalmente o seu lugar na história.

Assim sendo, o estudo será dividido em três capítulos: no primeiro, será feita uma breve leitura da história do ISEB, desde os antecedentes da sua criação até seu fechamento no ato do golpe militar em 1964, bem como análise da conjuntura histórica na qual o grupo está inserido; no segundo capítulo, será contemplada a problematização da primeira parte do livro

de Héliu Jaguaribe, supracitado, no qual a visão do autor sobre o nacionalismo brasileiro é amplamente discutida por ele; já no terceiro capítulo será feita a análise do livro de Sodré, que, por sua vez, tem uma visão distinta sobre o sentido e as finalidades do nacionalismo brasileiro; na conclusão, observaremos as principais diferenças conceituais entre os referidos autores no que diz respeito ao nacionalismo no Brasil, e procederemos a uma reflexão diante dos resultados obtidos através das políticas nacionalistas segundo os dois autores.

Como justificativa da temática, o presente Trabalho de Conclusão de Curso pretende trazer uma contribuição para compreensão de determinados processos históricos oriundos de tempos e contextos distintos, em que conceitos como o de nacionalismo são apropriados e ressignificados. Também é importante perceber quais ressignificações são essas, pois, como poderemos observar neste estudo, ainda emergem dessa apropriação sentidos dúbios, oriundos das orientações ideológicas distintas de Jaguaribe e Sodré acerca do nacionalismo brasileiro.

Questões como essas podem trazer uma importante contribuição para a historiografia, pois revelam as rupturas e permanências que se entrelaçam em diferentes processos históricos. Além disso, podemos refletir sobre o que se fez desse nacionalismo brasileiro, como é percebido nos dias de hoje, bem como qual a herança deixada por ele para a atualidade.

No que diz respeito ao referencial teórico, para a construção e análise da problemática proposta, será preciso dialogar com a História Social¹², História Política e Econômica¹³, fazendo um paralelo com o contexto internacional. Poderá se fazer necessário também revisitar correntes teóricas que dialogaram com a referida problemática na época, para desenvolver uma análise crítica e reflexiva feita agora, no tempo presente.

Em relação aos conceitos a serem utilizados, o objetivo será trabalhar o contexto do recorte escolhido para o Trabalho de Conclusão de Curso, principalmente através do conceito de “nacionalismo” em Eric Hobsbawm, conforme supracitado. Porém, atentaremos-nos ao fato de que, para o historiador, tal conceito teve uma leitura diferenciada nos chamados países do Terceiro Mundo¹⁴, e, como será elucidado aqui, especialmente no Brasil.

O alicerce teórico é muito importante para compreender o referido período que contempla o recorte escolhido, pois é bastante complexo e enraizado em diversas questões, permeadas também pelo cenário internacional.

¹² CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 41.

¹³ BARROS, José D' Assunção. O campo da História. Especialidades e Abordagens. Petrópolis/RJ: Vozes, 2004.

¹⁴ HOBBSBAWM, E. J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1990. p. 195.

No contexto da Guerra Fria, do jogo de influências no qual o Brasil estava imerso, a economia e a política polarizavam-se entre “nacionalistas” e “entreguistas”. Havia propostas distintas, planos de ação elaborados, diferentes Brasis eram possíveis; e o que estudaremos aqui é a opção de um Brasil nacionalista, num sentido autônomo e independente, em comparação a outro Brasil que era aberto a parcerias internacionais e ao capital estrangeiro, como o melhor caminho para dinamizar suas potencialidades. E neste jogo, qual das duas apostas seria vitoriosa?

Dentro do ISEB, a disputa: de um lado, Hélio Jaguaribe; de outro, Nelson Werneck Sodré. Dois intelectuais, duas propostas e suas apostas, que nacionalismo é esse?! É cara ou coroa?!

CAPÍTULO I – A CONJUNTURA HISTÓRICA DA CRIAÇÃO DO ISEB

A fim de problematizar o nacionalismo no referido recorte temporal, é preciso traçar o caminho de uma conjuntura que está enraizada em elementos fundamentais para a compreensão do papel que o nacionalismo irá tomar posteriormente no cenário político, econômico e social do Brasil. No campo da História, para entender determinados contextos, é preciso recorrer a seus antecedentes; ora, para compreender a criação do ISEB, este é um movimento fundamental.

No primeiro governo de Getúlio Vargas, o nacionalismo foi um componente importante de sua política; mas, em seu segundo mandato, assumiu feições e objetivos um tanto diferentes do que vimos ao longo do Estado Novo. Se num primeiro momento Vargas conseguiu, através de sua “política de barganha”, importantes avanços na industrialização do país, em seu retorno, em 1951, o cenário já não era mais o mesmo.

O governo de Eurico Gaspar Dutra, que preencheu a lacuna entre os dois governos de Getúlio Vargas, teve características decisivas para a compreensão do caráter que o nacionalismo tomaria em seguida, principalmente no que diz respeito às relações do Brasil com os Estados Unidos e à autonomia brasileira. Foi ao longo do governo Dutra que aconteceu o chamado “alinhamento automático”, período em que o País se submeteu aos interesses estrangeiros, abrindo as portas para a inserção do *American way of life*¹⁵.

[...] foi dessa maneira que entre 1946-47 o Brasil foi inundado de produtos made in USA e suas respectivas propagandas, desde os carrões de luxo, passando pelos sabonetes, cereais, gelatinas, lentes, lâminas, escovas, brilhantinas, produtos de beleza, inseticidas, remédios, tintas, tecidos, material de escritório, eletrodomésticos, até as famosas bugigangas de matéria plástica – a mais moderna criação americana – enfim, toda a parafernália do consumismo americano.¹⁶

Para tal, a estratégia dos EUA era conseguir a abolição das barreiras alfandegárias e das restrições ao livre fluxo comercial e financeiro¹⁷, contando com a estratégica ajuda do

¹⁵ MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana*. São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 74.

¹⁶ Ibidem, p. 76.

¹⁷ VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo Política Externa Independente (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 199.

Office of the Coordinator of Inter-American Affairs, que já funcionava no Brasil desde 1940 e foi decisivo¹⁸ para a penetração cultural e econômica estadunidense no País.

O Brasil, que a partir da Segunda Guerra se considerava um aliado privilegiado dos EUA, ao contrário de suas expectativas, conseguiu poucas vantagens como retribuição. Alcançou apenas acanhadas concessões, o que acabou gerando uma considerável frustração em diversos setores nacionais que pretendiam receber incentivos mais concretos através dessa “parceria”¹⁹.

Foi então que, em 1951, Getúlio Vargas venceu as eleições e seguiu para seu segundo mandato. Ele pretendia retomar o projeto de desenvolvimento industrial através da substituição de importações e desenvolvimento da indústria de base. Porém, em virtude da Guerra Fria e um contexto restrito para dar continuidade a sua antiga política de barganha, a aquisição de capitais e tecnologia estava sujeita aos EUA.

A conjuntura do segundo governo de Vargas foi decisiva para a eclosão de uma corrente nacionalista que se pretendia mais participativa dentro de uma proposta de autonomia. Diante disso, faz-se necessária a retomada de alguns aspectos decisivos desse período:

No segundo governo de Vargas (1951-1954), a ideia do Planejamento cresce na administração pública brasileira e em outros setores da sociedade. A montagem da estrutura para operacionalizar e organizar a industrialização planejada é iniciada, com indícios de que houve um certo grau de intencionalidade nas ações do governo, quando resolveu propor uma reforma administrativa, com a criação de diferentes órgãos. O avanço foi significativo: estudos de identificação de potencialidades e de viabilidade foram realizados, projetos foram elaborados e os meios para tornar viáveis as propostas apresentadas foram buscados. [...] Nem mesmo a crise política e econômica a partir de meados de 1953 nem as divergências ideológicas entre técnicos do governo foram capazes de barrar a filosofia do Planejamento. A ideia unânime entre estes técnicos era de que aquele era o momento de se planejar a industrialização brasileira. Este pensamento unia técnicos desenvolvimentistas da administração econômica estatal, quer fossem nacionalistas ou “não nacionalistas”.²⁰

Se de certa forma a necessidade de planejamento era consenso, ao mesmo tempo se movimentavam discussões sobre que tipo de planejamento deveria ser implantado no Brasil. Tais debates começaram a sair da esfera governamental penetrando também nas universidades, na imprensa e, dessa forma, aos poucos foram incorporados à sociedade

¹⁸ MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1991. p. 20.

¹⁹ VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo Política Externa Independente (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática - da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 202.

²⁰ TEIXEIRA, Alberto. *Planejamento público: de Getúlio a JK (1930 -1960)*. Fortaleza: Iplance, 1997. p. 86.

brasileira. A partir daí, gradativamente, foram criadas instituições, com aparatos legais e comissões técnicas, objetivando a elaboração de estudos e pesquisas a fim de viabilizar esses projetos de planejamento.

É importante observar que, desde a criação da USP, em 1934, e principalmente a partir da década de 1940, foram criadas instituições que objetivavam a elevação do nível de qualificação dos profissionais que viriam a trabalhar junto ao governo. A intenção era respaldar a formação de futuros dirigentes ligados a estudos técnicos, pesquisas e afins, que, através de seus conhecimentos, complementariam os planos de governo²¹.

Neste sentido, durante o segundo governo de Getúlio Vargas, entre os principais órgãos e instituições criadas estão, entre outros, a Comissão de Desenvolvimento Industrial (CDI), de 1951; o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), 1952; Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), em 1953; a Comissão BNDE-CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina), também em 1953.²² Destaque-se também a criação do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), ambas em 1951.

Se Vargas objetivou utilizar a política externa como instrumento de apoio para o desenvolvimento da economia, em contrapartida, encontrou muitos obstáculos na política interna do País, em meio a uma configuração social que vinha passando por um processo de transformação.

[...] o período abria-se com o incremento da urbanização e industrialização, a afirmação de uma burguesia industrial, de segmentos médios urbanos, de uma jovem classe operária e de outros trabalhadores urbanos e rurais. O sistema tinha de responder à crescente participação popular, enquanto as contradições da sociedade brasileira constituíam um terreno fértil para os conflitos sociais.²³

É neste espectro que se insere o nacionalismo, que em determinado momento passou a funcionar como um fator de mobilização e aglutinação da política interna, fundamental para viabilizar o projeto desenvolvimentista. Ainda assim, não foi tão simples justamente em virtude das contradições da sociedade brasileira, pois havia setores – em especial a oposição ao Governo Vargas – que não viam com bons olhos algumas iniciativas mais autônomas que

²¹ ABREU, Alzira Alves de. A ação política dos intelectuais do ISEB. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 100.

²² *Ibidem*, p. 78.

²³ *Ibidem*, p. 203.

o presidente vinha tomando, como, por exemplo, a criação da Petrobras. Mas é fato que essa corrente nacionalista incorporou uma postura mais militante ao longo desse contexto,

[...] a questão da Petrobras evoluiu em direção a um movimento popular de caráter genuinamente nacionalista e antiimperialista (campanha O Petróleo é Nosso), gerando inúmeros atritos com os Estados Unidos e com as forças de direita dentro do Brasil. O nacionalismo, inicialmente voltado à obtenção da unidade interna necessária ao projeto industrializante (propiciando a “união capital-trabalho”) e destituído de conteúdo antiimperialista, acabou sendo galvanizado pela participação popular que crescia no meio urbano.²⁴

Getúlio Vargas se esforçou para conseguir agradar ambos os setores, mas com a economia em crise, a pressão veio de todos os lados e, diante das intensas reviravoltas políticas, ele cometeu suicídio em 1954.

Em meio às discussões intelectuais, a cena política brasileira fervilhava e, com a morte de Getúlio, o então vice-presidente João Café Filho assumiu o poder. Um novo perfil de governo se instalou: o Brasil se reaproximou dos EUA e a atuação da Escola Superior de Guerra foi decisiva.

A gestão de Café Filho caracterizou-se pela abertura econômica absoluta ao capitalismo internacional e pelo retorno do alinhamento automático em relação à diplomacia americana, tal como no governo Dutra. O projeto de desenvolvimento foi momentaneamente abandonado, em nome de um liberalismo econômico extremado, enquanto a barganha nacionalista desaparecia das palavras e atitudes do governo. Nesta linha de atuação, a concepção de segurança nacional associada à noção de desenvolvimento recebeu sua forma acabada na Escola Superior de Guerra. Para a ESG, em linhas gerais, o desenvolvimento seria conquistado através de um alinhamento inequívoco ao Ocidente democrático e cristão, o “mundo livre” liderado pelos EUA.²⁵

Porém, o caráter reflexivo e analítico dos diversos grupos intelectuais não enfraqueceu, dando continuidade aos estudos sobre as defasagens e potencialidades brasileiras, nos quais o nacionalismo ainda figurava como um importante elemento ideológico.

Com Café Filho, novamente o País retomou ao alinhamento automático através da ampliação da abertura econômica aos EUA. Porém a ideologia nacionalista já estava inserida

²⁴ VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo Política Externa Independente (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática - da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 204.

²⁵ Ibidem, p. 205.

em diversos segmentos da sociedade, sendo discutida na política e, da mesma forma, pelos estudantes e intelectuais através de estudos críticos sobre a realidade brasileira.

Foi dentro desse contexto que se deu a criação do ISEB. Pois, para entender a formação do instituto propriamente dito, precisamos nos remeter a um grupo de intelectuais do Rio de Janeiro e São Paulo: o Grupo Itatiaia²⁶. Eram profissionais ligados à administração pública desses dois estados, na maioria diplomados em direito, economia, ciências sociais, refletindo uma mudança de perfil na formação intelectual da época.

Na USP, constitui-se um dos grupos mais importantes na área das ciências sociais, que a partir dos anos 1950 começou a apresentar o resultado de suas pesquisas, enriquecendo o conhecimento sobre a formação da sociedade industrial brasileira. Também na década de 1940 surgiram no Brasil as faculdades de economia. Até então, as atividades relacionadas à área econômica eram exercidas por advogados ou engenheiros, o que determinava uma compreensão diferente da ciência econômica e de sua aplicação.²⁷

Na ânsia por colocar em prática a troca desse conhecimento adquirido através de suas especializações em diferentes áreas, o grupo foi mobilizado por Hélio Jaguaribe²⁸. Organizaram-se informalmente em meados de 1952 através de encontros no Parque Nacional de Itatiaia, geralmente no final de cada mês.

As atenções do Grupo Itatiaia estavam voltadas a questões relacionadas à filosofia, sociologia, história, economia e crítica de arte. Algum tempo depois, o grupo se extinguiu, principalmente pelo fato de manterem-se em discussões muito fechadas enquanto alguns integrantes pretendiam uma maior divulgação das ideias defendidas durante os encontros.

Posteriormente, alguns de seus membros – entre eles, Hélio Jaguaribe e Roland Corbisier –, ainda com os mesmos objetivos, participaram da criação do Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política, o IBESP²⁹, em 1953. O instituto teria atividades mais abertas, oferecendo cursos e conferências, além da edição de uma revista para divulgação das ideias ao público. Tais atividades teriam respaldo financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Assim sendo, trabalharam na

²⁶ ABREU, Alzira Alves de. Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel. *As esquerdas do Brasil: nacionalismo e reformismo radical: 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 412.

²⁷ ABREU, Alzira Alves de. A ação política dos intelectuais do ISEB. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 100.

²⁸ ABREU, Alzira Alves de. Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel. *As esquerdas do Brasil: nacionalismo e reformismo radical: 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 412.

²⁹ Ibidem, p. 413.

proposta de um projeto de desenvolvimento para o País; através da revista *Cadernos do Nosso Tempo*, tornavam públicas suas expectativas e planos para os rumos do Brasil.

Pouco depois, o IBESP daria lugar ao ISEB. O grupo encaminhou a Candido Motta Filho, ministro da Educação e Cultura do então presidente João Café Filho, a proposta de criação de um “centro de altos estudos”, que trabalharia em análises referentes à realidade brasileira e também assessoraria o governo na condução de uma política desenvolvimentista³⁰.

A criação do ISEB durante o mandato de Café Filho parece contraditória em virtude do seu perfil conservador, mas podemos compreender tais elementos levando em conta o contexto do seu governo, que precisava atender demandas de determinados grupos hegemônicos que disputavam o poder desde Vargas, e agora faziam suas exigências.

Diante disso, é importante perceber que, naquele momento do Governo de Café Filho, o IBESP contava com nomes influentes que também se mobilizaram em torno de seus interesses e assim efetivaram sua transição para um novo grupo, o ISEB. Como comenta Caio Navarro Toledo em *ISEB: Fábrica de Ideologias*³¹, Café Filho foi presidente por força das circunstâncias: através dos decretos que assinava, nada mais fazia do que assumir o papel de agente de decisões que eram reclamadas e impostas pelos grupos hegemônicos, sendo que, no caso do ISEB, a necessidade era de que o Estado providenciasse agências que racionalizassem o surto de desenvolvimento do País.

Nasce então o ISEB e para sua organização burocrática, seria tomada como modelo a Escola Superior de Guerra (ESG)³². Formou-se um conselho curador com 8 membros, que foram designados diretamente pelo Ministério da Educação e Cultura; esse conselho indicou o diretor-executivo, que também seria auxiliado por um conselho consultivo com mais 5 membros, igualmente indicados pelo MEC.

Após a publicação do decreto que criou o ISEB, o ministro Motta Filho nomeou como membros do conselho curador Adroaldo Junqueira Ayres, Anísio Teixeira, Ernesto Luís de Oliveira Júnior, Hélio Jaguaribe, Hélio Cabral, Roberto Campos, Roland Corbisier e Themistocles Cavalcante. O conselho curador indicou Roland Corbisier para o cargo de diretor-executivo do ISEB.³³

³⁰ ABREU, Alzira Alves de. Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel. *As esquerdas do Brasil: nacionalismo e reformismo radical: 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 416.

³¹ TOLEDO, Caio Navarro de. *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro, RJ: Revan, 2005. p. 31.

³² *Ibidem*, p. 417.

³³ *Ibidem*, p. 417.

Além dos nomes supracitados, podemos mencionar também Nelson Werneck Sodré, Cândido Mendes de Almeida, Ignácio Rangel, Alberto Guerreiro Ramos, Celso Furtado e Álvaro Vieira Pinto, que igualmente tiveram grande destaque dentro do grupo.

O Instituto tinha o intuito de colaborar com a formação da ideologia nacional-desenvolvimentista que foi marcante ao longo do processo político brasileiro, vigorando desde a morte de Getúlio Vargas em 1954 e culminando na queda do governo de João Goulart em 1964.

Para colocar em prática suas propostas, o ISEB se organizou em torno de algumas atividades, como a criação de um curso regular de nível universitário que permeava as áreas da economia, sociologia, política, filosofia e história. O curso tinha a duração de um ano letivo, era voltado para setores influentes, como representantes de órgãos públicos, do poder judiciário, das Casas do Congresso, das Forças Armadas, dos institutos universitários, de entidades culturais, dos sindicatos e associações de classe, dos partidos políticos e imprensa³⁴.

Além disso, organizava conferências, cursos extraordinários e publicações, tudo direcionado a um público mais amplo, com a finalidade de divulgação de suas ideologias. As publicações contemplavam obras sobre a sociedade brasileira, bem como traduções de obras consideradas importantes para o desenvolvimento do País, além dos melhores estudos provenientes do curso regular do ISEB.

Apesar do campo de atuação aparentemente definido, vale ressaltar que no interior da instituição também havia uma considerável heterogeneidade entre seus membros, os quais desenvolveram estudos em diversas áreas, cada um defendendo certas linhas de raciocínio e ideologias. Um exemplo dessa diversidade é a conduta de um dos integrantes de maior destaque do Instituto, Hélio Jaguaribe, que, quando integrante do IBESP, defendeu durante certo tempo a socialização dos meios de produção³⁵. Posteriormente, como integrante do ISEB, Jaguaribe mudou seu ponto de vista, e em 1958 publicou o livro *O nacionalismo na atualidade brasileira*³⁶: entre outras temáticas, abordou a questão das políticas a respeito da exploração petrolífera no País e o envolvimento dos capitais estrangeiros no setor – questão que será aprofundada posteriormente.

³⁴ ABREU, Alzira Alves de. Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel. *As esquerdas do Brasil: nacionalismo e reformismo radical: 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 417.

³⁵ Ibidem, p. 413.

³⁶ JAGUARIBE, Hélio. O ISEB e o desenvolvimento nacional. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 36.

As ideias variavam de acordo com cada isebiano, mas, num aspecto geral, defendiam a intervenção do Estado na economia; este deveria suprir as demandas não atendidas pela iniciativa privada, encabeçando o movimento desenvolvimentista³⁷.

O ISEB teve três fases mais evidentes até o momento de sua dissolução no ato no golpe militar em 1964³⁸; essa periodização está relacionada com os diferentes governos e seus planos ao longo dos anos de vida do instituto.

A primeira fase é marcada pela atuação de Hélio Jaguaribe até sua saída do instituto em 1959, em virtude das polêmicas geradas pelo livro supracitado e de desentendimentos com o diretor do instituto, Roland Corbisier. Foi um período de problematizações acerca das principais dificuldades do País, buscando identificá-las e indicar possíveis soluções. Essa primeira fase foi também o momento de maior harmonia dentro do grupo: Ewaldo Correia Lima dirigia os estudos econômicos; Guerreiro Ramos, os estudos sociológicos; e Candido Mendes, a área da História³⁹. Foi nesses anos iniciais que o ISEB atingiu um grande alcance nos principais meios políticos e intelectuais do País.

Em meados de 1958, já durante o governo Kubitschek, as ideias dos isebianos passaram a divergir em aspectos decisivos. Alguns integrantes almejavam um órgão menos acadêmico e mais ativo social e politicamente: Hélio Jaguaribe defendia um instituto de “espírito problemático e científico”; já Guerreiro Ramos considerava que o ISEB deveria se envolver mais com a “mobilização das massas”⁴⁰.

A conclusão de que o ISEB não estava conseguindo que seus estudos fossem utilizados pelo governo como base para projetos desenvolvimentistas provocou uma verdadeira disputa interna envolvendo tentativas de adequação à política do governo JK, mas principalmente objetivando a aceitação das propostas de desenvolvimento do ISEB. Diante disso, a divisão dentro do grupo ficou evidente: enquanto uns defendiam a entrada do capital estrangeiro no País, outros defendiam a corrente nacionalista autônoma – estes últimos, de certa forma, conseguiram impor seu ponto de vista. A partir desse momento, o grupo procurou

³⁷ ABREU, Alzira Alves de. Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel. *As esquerdas do Brasil: nacionalismo e reformismo radical: 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 420.

³⁸ JAGUARIBE, Hélio. O ISEB e o desenvolvimento nacional. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 34.

³⁹ ABREU, Alzira Alves de. Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel. *As esquerdas do Brasil: nacionalismo e reformismo radical: 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 420.

⁴⁰ *Ibidem*, p. 424.

se aproximar do público que compartilhava da ideologia nacionalista, como estudantes, membros de sindicatos e demais simpatizantes da mesma causa⁴¹.

O ISEB ficou, então, dividido em duas frentes divergentes quanto às estratégias de desenvolvimento a serem aplicadas no Brasil, causando uma crise que acabou ultrapassando o âmbito da instituição e envolvendo também o governo, ao qual o ISEB era vinculado institucionalmente. Após uma série de discussões, o Ministério da Educação conseguiu, através de decreto, alterar a estrutura interna do ISEB, modificando seus cargos⁴², restringindo as possibilidades de atuação dos isebianos nos projetos do governo. Jaguaribe, Guerreiro Ramos, Roberto Campos e mais alguns integrantes pediram demissão; e o ISEB entrou em sua segunda fase.

Após a saída de Jaguaribe, Roland Corbisier continuou na direção do instituto, desde 1958 até 1962 – foi depois da saída de Corbisier que o ISEB entrou em sua última fase, passando a ter características mais militantes, tentando mobilizar a opinião pública em torno de seus objetivos. Com o início do governo de João Goulart em 1961 e após a reformulação interna, os membros do instituto se aproximaram da UNE, da Frente Parlamentar Nacionalista⁴³, dos sindicatos e de alguns militares nacionalistas⁴⁴, dedicando-se a mobilização política; assumiram uma posição mais agressiva no que diz respeito ao controle dos lucros das empresas estrangeiras, distribuição de renda, reforma agrária, entre outros aspectos do contexto socioeconômico brasileiro.

É inegável que o ISEB deu uma guinada para a esquerda em sua última fase. Essa constatação se apoia em alguns fatos. Primeiro, mas não por ordem de importância, os jovens ingressantes no Instituto, levados por Vieira Pinto e Werneck Sodré, eram de esquerda, alguns deles militavam no Partido Comunista Brasileiro; e atraíam atenção num ponto particular: todos eram provenientes da Faculdade Nacional de Filosofia, na época considerada um “antro” de universitários comunistas.⁴⁵

⁴¹ ABREU, Alzira Alves de. O ISEB e o desenvolvimentismo. In: O GOVERNO de Juscelino Kubitschek. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/ISEB>>. Acesso em: 18 ago. 2013.

⁴² ABREU, Alzira Alves de. Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel. *As esquerdas do Brasil: nacionalismo e reformismo radical: 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 427.

⁴³ Disponível em:

<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As_frentes_partidarias_durante_o_governo_Goulart>. Acesso em: 10 mar. 2016.

⁴⁴ ABREU, Alzira Alves de. Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel. *As esquerdas do Brasil: nacionalismo e reformismo radical: 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 427.

⁴⁵ MIGLIOLI, Jorge. O ISEB e a encruzilhada nacional. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005. p. 73.

Tais mudanças no campo de atuação foram decisivas para que os ministérios não mais enviassem representantes para os cursos do ISEB e, principalmente, para que se formasse uma imagem subversiva a respeito do instituto por parte de alguns setores do governo, acusando-o, inclusive, de envolvimento com o comunismo, que estava sendo rigorosamente combatido no País⁴⁶.

A terceira e última fase do ISEB se estendeu de 1962 até o encerramento de suas atividades, em 1964, no ato do golpe militar. Durante o mandato de João Goulart, o instituto mostrou-se identificado com as propostas de governo, e a procura por seus cursos, inclusive, aumentou consideravelmente. Mas justamente por sua característica militante e pelas acusações de conduta comunista, os agentes da ditadura não tardaram em extinguir o ISEB assim que tomaram o poder.

As acusações contra o ISEB são um exemplo de como alguns posicionamentos contrários aos interesses de certas camadas da elite detentora do poder no Brasil eram combatidos sob o álibi de conduta subversiva e do perigo comunista. Desde o final da Segunda Guerra Mundial, as ideologias comunistas estavam sendo combatidas com fervor no Brasil e, apesar das diferentes fases do ISEB, em todas elas estiveram presentes estudos que de certa forma eram de cunho de esquerda. Então, podemos indagar por que inicialmente tais ideias não geraram represálias ao ISEB ao longo dos governos que antecederam João Goulart.

Um fator importante está relacionado à credibilidade que os isebianos tinham diante de outros estudiosos e instituições que já detinham uma tradição marxista no Brasil.

Os cientistas sociais da USP e da antiga Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil não reconheciam a legitimidade dos intelectuais do ISEB para exercer o papel de analistas e formuladores de soluções para a sociedade. Eles eram vistos como desprovidos de uma formação científica em sociologia, ciência política, economia, história ou antropologia. [...] Em São Paulo, a *Revista Brasiliense*, criada no mesmo ano que o ISEB, tinha uma orientação marxista. A ação dos intelectuais isebianos foi percebida como prejudicial ao trabalho de divulgação do marxismo, já que a linguagem por eles utilizada era próxima do marxismo, mas seus trabalhos não eram identificados com essa ideologia.⁴⁷

Dessa forma, podemos dizer que o ISEB, inicialmente, não foi identificado com o “perigo comunista”, pois não estava em sintonia com a filosofia marxista e tampouco com as propostas que os principais ideólogos esquerdistas e marxistas brasileiros defendiam. Além

⁴⁶ ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru, SP: EDUSC, 2005. p. 63.

⁴⁷ ABREU, Alzira Alves de. Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel. *As esquerdas do Brasil: nacionalismo e reformismo radical: 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 419.

disso, é preciso considerar a importância do contexto pré-golpe, em que, posteriormente, esses mesmos elementos foram utilizados para legitimar a intervenção militar.

O cenário internacional foi de suma importância, pois, através da Guerra Fria, entre outras questões, se dava a defesa do capitalismo, tido como um sistema moderno, defensor das liberdades, da democracia e do progresso. Não se mediam esforços para afastar o risco do comunismo, proclamado como um sistema retrógrado, perturbador, que acabaria com os direitos dos cidadãos, trazendo uma série de privações para a vida das pessoas.

Diante disso, as ideias defendidas pela corrente nacionalista aos poucos começaram a ser vistas com desconfiança, e propostas que destoassem da ideologia capitalista eram consideradas suspeitas. Questões como autonomia estatal, reformas de base, reforma agrária, distribuição de renda, entre outras, eram muitas vezes associadas ao comunismo. Assim, aquele nacionalismo nos moldes do ISEB passou também a ser visto com desconfiança, principalmente na última fase do instituto.

A extinção do ISEB sob a acusação de subversão e adesão a ideias comunistas está enraizada em um contexto bastante amplo, envolvendo uma série de fatores ligados diretamente à política expansionista dos Estados Unidos, principalmente no pós-guerra.

De fato, nos primeiros trinta anos do século XX a América Latina era a maior arena para a expansão política e econômica estadunidense, e os vizinhos ao norte sabiam disso. Nos anos 1920, os EUA já haviam conseguido o domínio político e econômico da região. Muitas das técnicas utilizadas pelos EUA após a II Guerra Mundial foram desenvolvidas na América Latina através de erros e acertos. Assim, um importante elemento para o estabelecimento do poder estadunidense no hemisfério foi o controle das comunicações.⁴⁸

Neste sentido, os EUA investiram amplamente na divulgação da propaganda anticomunista, e no Brasil não seria diferente. Era fundamental garantir sua influência e barrar completamente qualquer possibilidade de aproximação com a União Soviética. Como supracitado, entre as décadas de 1940 e 1950, os EUA promoveram uma grande campanha contra o comunismo, utilizando como importante agente ideológico no Brasil a criação e atuação do *Office of the Coordinator of Inter-American Affairs*⁴⁹.

Outro grande aliado das intenções estadunidenses foi o cinema, que funcionou como um polo irradiador da propaganda anticomunista. Hollywood já tinha alcançado grande

⁴⁸ VALIM, Alexandre Busko. Da boa vizinhança à cortina de ferro: política e cinema nas relações Brasil-EUA em meados do século XX. In: MUNHOZ, Sidnei J.; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (Orgs.). As relações Brasil-EUA no século XX. Maringá, PR: EDUEM, 2011. p. 423.

⁴⁹ Ibidem, p. 421.

influência no cinema mundial; só no Brasil, por exemplo, em 1953, foram importados dos EUA 344 filmes⁵⁰, sendo que muitos deles traziam em sua temática o perigo comunista.

Tais filmes nos dão boas pistas sobre a política exterior estadunidense do período, e sobre o que significaram não apenas para os estadunidenses, mas também para os brasileiros que os viram. No momento em que muitos filmes exagerando a ameaça comunista eram exibidos, muitos dos seus expectadores estavam sendo convencidos de que os soviéticos estavam chegando e de que ‘a bomba’ poderia cair a qualquer momento durante a noite.⁵¹

Foi nesse contexto que diversas medidas foram tomadas para garantir que os comunistas não “ameaçassem a segurança nacional”. Vale lembrar que durante o governo Dutra, em maio de 1947, já havia sido decretada a ilegalidade do Partido Comunista Brasileiro; em outubro do mesmo ano, aconteceu o rompimento das relações com a URSS; e, em janeiro de 1948, os parlamentares comunistas brasileiros tiveram seus mandatos caçados⁵².

Um elemento-chave para compreender todo o contexto da temível ameaça do perigo comunista diz respeito à política externa brasileira, que teve uma considerável variação entre 1945 e 1964:

O período de quase duas décadas compreendido entre o fim do Estado Novo, em 1945, e o golpe militar de 1964 se caracterizou pela disputa (permeada de avanços e recuos) entre dois projetos, os nacionalistas e os “entreguistas”. O primeiro grupo, inspirado na CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina da ONU) e catalisado pelo ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), buscava certa margem de autonomia frente aos EUA para impulsionar o projeto de desenvolvimento industrial, calcado em certa perspectiva de reforma social. O segundo, apoiando-se nas fronteiras ideológicas definidas pela Escola Superior de Guerra (ESG) e no liberalismo econômico, destacava as vantagens comparativas da agricultura e a agenda de segurança defendida pelos EUA na Guerra Fria. [...] Neste contexto, a tentativa de autonomizar a ação internacional do Brasil acabou sendo percebida por Washington como algo inaceitável, especialmente após a Revolução Cubana.⁵³

O ISEB tomou posição, assumiu um caráter mais crítico, passando a contestar a eficácia da ideologia desenvolvimentista e apoiando com mais fervor as reformas de base. Diversos estudos relacionados ao tema estavam presentes nas principais produções do

⁵⁰ VALIM, Alexandre Busko. Da boa vizinhança à cortina de ferro: política e cinema nas relações Brasil-EUA em meados do século XX. In: MUNHOZ, Sidnei J.; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (Orgs.). *As relações Brasil-EUA no século XX*. Maringá, PR: EDUEM, 2011. p. 427.

⁵¹ Ibidem, p. 436.

⁵² Ibidem, p. 437.

⁵³ VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo Política Externa Independente (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática - da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 197.

instituto, entre elas, a coleção *Cadernos do Povo* e a revisão crítica intitulada *História Nova do Brasil*⁵⁴. Tais publicações chamaram a atenção dos setores golpistas, e o ISEB passou a representar o “perigo comunista” no Brasil.

De fato, ao longo do governo de João Goulart, houve certa radicalização no ISEB, que se aproximou consideravelmente da esquerda, entretanto nunca pregou a instalação do sistema comunista no Brasil; porém, essa guinada esquerdista do instituto foi tomada como tal.

Nos primeiros dias de abril de 1964, instituições denominadas de “subversivas” pelas forças militares vitoriosas, bem como por setores civis a estas aliados, foram invadidas e depredadas por grupos “revolucionários”. As sedes da UNE e do ISEB, depois de destruídas, tiveram seus documentos, arquivos e publicações apreendidos pelas “forças de segurança” ou consumidas pelo fogo.⁵⁵

A ESG, em parceria com Washington, armou o contra-ataque: era necessária a plena restauração das relações econômicas com os EUA e, em especial, a contenção das tendências esquerdistas, “restaurando a ordem” no Brasil.

Dessa forma, entre diversos fatores que infelizmente não poderemos aprofundar aqui, mas em especial diante do perigo comunista que ameaçava o Brasil, é que se deu o golpe militar. O fim do ISEB estava decretado e o nacionalismo, por sua vez, passou a ser apropriado pelos militares e por setores de direita, porém agora num sentido voltado ao patriotismo. Apesar do risco de anacronismo, podemos dizer que, neste sentido, qualquer semelhança com o tempo presente pode não ser mera coincidência.

⁵⁴ TOLEDO, Caio Navarro de. *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro, RJ: Revan, 2005. p. 79.

⁵⁵ *Ibidem*, p. 191.

CAPÍTULO II – O NACIONALISMO NA APOSTA DE HÉLIO JAGUARIBE

Num período em que as sucessivas trocas presidenciais e seus diferentes projetos de governo agitavam o Brasil pretendendo alterar o cenário econômico e social, Hélio Jaguaribe, então com 32 anos, já acompanhava todas essas movimentações e suas inúmeras possibilidades. Imerso na intensa atividade intelectual que pulsava no período, participou da criação do ISEB como um de seus principais idealizadores.

Formou-se em direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) em 1946, e em 1949 trabalhou como responsável pelo apêndice cultural do *Jornal do Comércio*. No começo da década de 1950, iniciou um projeto de expansão na Companhia Ferro e Aço de Vitória, de sua família, tendo dirigido a empresa até 1964, quando renunciou à presidência⁵⁶. Paralelamente, foi ainda em 1952 que participou da organização do Grupo Itatiaia, que depois deu origem ao Instituto Brasileiro de Economia e Sociologia e Política (IBESP).

Pouco depois, em 1953, com o objetivo de divulgar e sintetizar os ideais do grupo, o IBESP lançou a revista *Cadernos de Nosso Tempo*, reunindo textos sobre a sociedade e a economia da época, que tornavam públicas suas expectativas e planos para os rumos do Brasil. Já no seu primeiro número a revista trouxe uma matéria intitulada “A crise brasileira”⁵⁷, de autoria de Hélio Jaguaribe. O estudo avaliava a situação socioeconômica, política e cultural do País, inclusive apontava possíveis soluções. Na ocasião, Jaguaribe considerava que era preciso formular uma ideologia capaz de garantir a aplicação das soluções, sugerindo que esta seria uma das atribuições do próprio IBESP. Além disso, a solução da crise econômica se daria através de um planejamento geral da economia, baseado na “desprivatização” dos meios de produção e, principalmente, através de uma rígida execução dos planos formulados.⁵⁸

Um ponto muito interessante do seu estudo é a defesa da socialização dos meios de produção: ele afirmava que somente a socialização permitiria a todos os homens iniciarem suas vidas em condições iguais, de maneira que a diferenciação resultasse do seu próprio valor e não de privilégios estranhos à capacidade individual.

⁵⁶ Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/helio_jaguaribe>. Acesso em: 10 mar. 2016.

⁵⁷ ABREU, Alzira Alves de. Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel. *As esquerdas do Brasil: nacionalismo e reformismo radical: 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 413.

⁵⁸ Ibidem, p. 413.

Tais ideias foram bastante polêmicas; logicamente a proposta ia contra o interesse da elite, da burguesia industrial e do governo em geral, pois impossibilitaria a entrada de capital estrangeiro no País, o que já estava sendo discutido por muitas lideranças políticas da época. Lembrando que nesse período o governo de Getúlio já estava com os dias contados, mergulhando na crise que iria levá-lo ao suicídio, justamente por divergências políticas que, entre outros motivos, envolviam também a questão da entrada do capital estrangeiro no País.

Diante disso, Jaguaribe reformulou suas teses e reviu sua posição, talvez tentando de alguma forma conquistar apoio para suas propostas. Não ficaram muito claros os motivos específicos para essa mudança de postura, mas é possível que estivesse em busca de apoio e aceitação para suas teses – trata-se apenas de uma suposição devido à falta dessa informação nas fontes pesquisadas.

Quando reformula suas teses, o foco de Jaguaribe não foi mais a socialização dos meios de produção; passou a defender, então, a formação de uma “frente comum”, que seria composta por setores interessados no processo de desenvolvimento industrial do País e de suas forças produtivas⁵⁹.

Na sua visão, havia uma burguesia latifundiária e mercantil focada na manutenção de seus interesses, principalmente na economia de exportação. Em contrariedade a esse ideal, segundo Jaguaribe, havia também a burguesia industrial, que abarcava interesses comuns da classe média e do proletariado, visando principalmente à ampliação do mercado interno, que elevaria o padrão de vida da população⁶⁰. Eis que em 1958, já como integrante do ISEB, Jaguaribe lançou o livro *O nacionalismo na atualidade brasileira*, gerando muita polêmica, uma crise interna no instituto e, por fim, o seu desligamento.

Seguindo a leitura cronológica da trajetória de Hélio Jaguaribe, após sua saída do ISEB, ele continuou ativo, dedicando-se ao trabalho intelectual e alguns estudos. No ato do golpe militar de 1964, condenou a derrubada de João Goulart e optou por afastar-se do País indo lecionar sociologia nos Estados Unidos, onde permaneceu até 1966 na Universidade de Harvard. De 1966 a 1967, deu aulas na Universidade de Stanford; de 1968 a 1969, atuou no Massachusetts Institute of Technology (MIT). Logo após, retornou ao Brasil e ingressou nas

⁵⁹ ABREU, Alzira Alves de. Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel. *As esquerdas do Brasil: nacionalismo e reformismo radical: 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 415.

⁶⁰ Ibidem, p. 415.

Faculdades Integradas Cândido Mendes, onde foi diretor de Assuntos Internacionais; em 1979, começou a atuar no Instituto de Estudos Políticos e Sociais (IEPES)⁶¹.

Posteriormente, em 1983, a Universidade Johannes Gutenberg, de Mainz, na Alemanha, conferiu-lhe o grau de doutor *honoris causa* em Filosofia, por sua contribuição às ciências sociais e aos estudos latino-americanos. Em 1985, coordenou o projeto “Brasil 2000”, encomendado pelo governo José Sarney; os resultados desse projeto foram publicados em 1986 com o título “Brasil 2000: para um novo pacto social”, e a segunda parte foi lançada em 1988, com o título “Brasil: reforma ou caos”⁶².

Participou da formação do Partido da Social Democracia Brasileiro (PSDB) em 1988, com um programa que defendia os princípios da social democracia e o sistema parlamentarista de governo. Já em meados de 1992 renunciou aos cargos partidários para ser secretário da Ciência e Tecnologia do governo Fernando Collor de Mello, deixando essa função quando foi aprovado o impeachment do presidente, em 29 de setembro, para dedicar-se exclusivamente à vida acadêmica.

A partir de 1994, Jaguaribe passou a dirigir um projeto de pesquisa e análise de história universal chamado “A critical study of history”. O projeto integra o IEPES, a Universidade de São Paulo e a Universidade de Buenos Aires, reunindo cientistas sociais e historiadores do mundo todo.

Atualmente, Hélio Jaguaribe é integrante da Academia Brasileira de Letras, eleito em 3 de março de 2005, na sucessão de Celso Furtado⁶³.

Depois de feito esse breve resgate dos caminhos trilhados por Jaguaribe desde sua saída do ISEB, voltemos aos meandros do instituto para problematizar o catalizador do seu desligamento que foi tão polêmico na época, o livro *O nacionalismo na atualidade brasileira*, cuja temática central é uma crítica à corrente nacionalista – entre outras questões, aborda as políticas a respeito da exploração petrolífera no País e o envolvimento dos capitais estrangeiros no setor.

A grande polêmica em torno do livro foi em virtude da ideia de que a gestão econômica do Estado só seria eficiente se fosse baseada na propriedade privada dos meios de produção. A posição do isebiano foi considerada “entreguista”, pois, entre as demais

⁶¹ Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/helio_jaguaribe>. Acesso em: 10 mar. 2016.

⁶² Ibidem.

⁶³ Disponível em: <<http://www.academia.org.br/academicos/helio-jaguaribe/biografia>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

propostas, defendia a entrada de capitais estrangeiros na Petrobras, o que revoltou alguns dos membros do ISEB, inclusive refletindo na opinião pública que considerava a Petrobras um símbolo do nacionalismo brasileiro, causando assim discordâncias dentro do ISEB.

Recentemente, Hélio Jaguaribe justificou as intenções de seu livro esclarecendo as circunstâncias da polêmica que estremeceu as relações do grupo:

O livro em referência foi por mim concebido para intentar colocar o projeto nacionalista brasileiro em termos objetivos e fundamentados, confrontando, criticamente, as posições nacionalistas com as entreguistas, no livro denominadas, para não lhes dar de saída sentido pejorativo, de “cosmopolitas”. O livro foi, assim, concebido em três partes. Na primeira parte, expunham-se as posições cosmopolitas. Na segunda, as nacionalistas. Na terceira, eram comparadas criticamente as duas posições e se intentava chegar a conclusões fundamentadas, que era, a de um nacionalismo racional e crítico. Segundo a prática adotada no ISEB, os membros submetiam seus escritos à crítica dos demais, antes de publicá-los. Guerreiro distribuiu cópias da primeira parte de meu estudo à direção da UNE, pretendendo que aquela parte era o livro completo. Isso provocou uma enorme agitação que se refletiu na imprensa, eu sendo apontado como tendo me vendido a Standard Oil!⁶⁴

A declaração de Jaguaribe tentando explicar a situação e apontando os motivos da polêmica em torno de seu livro nos ajudam a perceber a importância do nacionalismo na época e como essa questão influenciava o trabalho intelectual dentro do ISEB.

Refletir sobre como Jaguaribe entendia o nacionalismo brasileiro e o que exatamente significava, para ele, ser nacionalista no Brasil são elementos importantes para compreendermos não só a problemática proposta no presente Trabalho de Conclusão de Curso mas também aquela determinada conjuntura histórica.

Havia duas posições ideológicas bastante claras no referido período, e que podem ser percebidas através da dicotomia “nacionalista e entreguista”. Pode-se dizer que o termo “entreguista” tinha em si um sentido negativo, até um tanto provocativo, Jaguaribe inclusive o substituiu por “cosmopolita” para se desviar do tom pejorativo.

Pela declaração supracitada, é possível perceber as disputas em torno do nacionalismo e, diante dessa dualidade, partirmos do ponto de vista de Jaguaribe para problematizá-lo.

A obra em questão foi lançada em 1958 pela editora do próprio ISEB através do Ministério da Educação e Cultura, constando em seus créditos os nomes de todos os isebianos do Conselho Consultivo, Conselho Curador, Diretor Executivo e responsáveis pelos departamentos de Filosofia, História, Ciência Política, Sociologia e Economia do Instituto. O

⁶⁴ JAGUARIBE, Hélio. O ISEB e o desenvolvimento nacional. In: TOLEDO, Caio Navarro de. *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro, RJ: Revan, 2005. p. 36.

livro é bastante extenso, contando com 296 páginas divididas em três partes, cada uma subdividida em capítulos.

De acordo com o recorte proposto no presente trabalho, foram selecionados determinados capítulos com o objetivo de sintetizar a problemática, evitando que a discussão se torne muito ampla e generalizada. Diante disso, o recorte específico será feito através da análise de alguns dos capítulos da primeira parte do livro, que Jaguaribe designa como “Os problemas teóricos”. O foco está na análise dos capítulos II, III e IV, respectivamente “Sucinta análise do nacionalismo brasileiro”, “Contradições do nacionalismo brasileiro” e “Sentido do nacionalismo brasileiro”.

Antes de iniciar a presente problematização, será preciso atentar para o momento histórico em que Hélio Jaguaribe escreveu seu livro. Em 1958, o Brasil era governado por Juscelino Kubitschek e vigorava no País a ideologia desenvolvimentista, na qual o ISEB e seus intelectuais estavam imersos. Quando ainda era candidato à presidência, JK apresentou um programa de governo que, após a sua posse, deu origem ao Plano de Metas, cujo slogan era “cinquenta anos em cinco”, no qual apresentava suas propostas para viabilizar e dinamizar o desenvolvimento e industrialização do País⁶⁵.

A maioria dos estudos do ISEB ia ao encontro da ideologia desenvolvimentista de Juscelino, salvaguardados alguns posicionamentos distintos dos isebianos quanto às formas de colocar em prática o Plano de Metas, como, por exemplo, no que diz respeito ao nacionalismo.

O governo de JK nunca deixou de permitir a liberação de verbas para o ISEB, “catedral” dos intelectuais desenvolvimentistas (MARANHÃO, 1988, p. 92) e fazer convites para que seus membros participassem do governo, direta ou indiretamente.⁶⁶

A partir de 1958, porém, alguns isebianos passaram a fazer críticas ao fato de que não estavam tendo acesso à formulação dos planos e programas propriamente ditos, enquanto mentores intelectuais da política de JK⁶⁷. Diante disso, com a publicação de *O nacionalismo na atualidade brasileira*, tais discussões se acaloraram, tomando proporções que afetaram toda a estrutura do ISEB.

⁶⁵ TEIXEIRA, Alberto. *Planejamento público: de Getúlio a JK (1930-1960)*. Fortaleza: Iplance, 1997. p. 113.

⁶⁶ Ibidem, p. 166.

⁶⁷ ABREU, Alzira Alves de. Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel. *As esquerdas do Brasil: nacionalismo e reformismo radical: 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 425.

Já no início do referido livro, na sua introdução, o autor critica o nacionalismo brasileiro com veemência, considerando que tal ideologia é vaga, sem formulação teórica e cheia de contradições. Ele reconhece que as duas grandes posições políticas que dividiam a opinião pública brasileira na época eram o nacionalismo e o entreguismo, colocando inclusive este último entre aspas. A ressalva de Jaguaribe ao dito entreguismo é em relação à generalização do termo, considerando que as formulações contrárias ao nacionalismo foram simplesmente esvaziadas na consciência política brasileira, reduzidas apenas ao sentido negativo.

Se entreguistas são os não nacionalistas, estes são os que não querem entregar ao controle estrangeiro as riquezas naturais do país, ou que se negam a aceitar a interferência de potências e grupos alienígenas na determinação da economia brasileira. Dessa insuficiente caracterização do que seja e do que se julgue devesse ser o nacionalismo brasileiro surgem suas principais contradições. São nacionalistas, no Brasil, correntes de extrema direita, ligadas, no passado, aos movimentos de propensão fascista, e correntes de extrema esquerda, como o Partido Comunista. São nacionalistas os defensores da socialização dos meios de produção e os partidários da iniciativa privada. Além disso, o fato de que o nacionalismo se caracterize mais como a negação de certas políticas do que como a afirmação de outras o leva a confundir-se com reivindicações específicas e o reduz a um plano essencialmente tópico. [...] Na medida mesma em que o movimento nacionalista é heterogêneo, quanto à composição social e política das forças que o integram, revela-se, presentemente, incapaz de atingir uma formulação mais geral e consistente.⁶⁸

A crítica de Jaguaribe está no esvaziamento ideológico da corrente nacionalista, que, segundo ele, “suruiu antes da sua própria teoria” e é tão diversa que abriga diferentes posicionamentos, muitos até mesmo antagônicos. Neste sentido, podemos dizer que os argumentos de Jaguaribe são válidos, pois de fato a corrente nacionalista não era concisa e divergia em alguns pontos. Um exemplo disso são as discordâncias dentro do ISEB, onde as discussões sobre o nacionalismo envolveram todos os membros, ultrapassando inclusive o âmbito interno do grupo.

Mas a pergunta permanece: o que é ser nacionalista no Brasil para este isebiano? Na verdade, talvez isso também não esteja realmente muito claro para ele, por isso a necessidade de qualificar os equívocos e contradições presentes nesse nacionalismo. Pode ser mais fácil apontar as disparidades do que admitir possíveis potencialidades.

Segundo o autor, o nacionalismo dinamizou-se antes de estabelecer seus fins, tornando-se uma força operante antes de ter organizado seus planos de ação, e se identifica por princípios um tanto genéricos e díspares.

⁶⁸ JAGUARIBE, Hélio. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958. p. 12.

O nacionalismo é contra a exploração do petróleo e dos minerais atômicos brasileiros por grupos estrangeiros e se manifesta, predominantemente, favorável ao monopólio estatal para exploração desses recursos naturais. Essa mesma radicalidade, todavia, não se apresenta em relação a outras matérias-primas ou atividades. E, o que é mais paradoxal, não conduz a uma política exterior correspondente.⁶⁹

Um dos pontos mais importantes para Jaguaribe é a questão do nacionalismo em relação à inserção do capital estrangeiro no Brasil em oposição à manutenção da soberania nacional e autossuficiência estatal. No que concerne ao nacionalismo, parece que a referida preocupação é realmente a que lhe é mais cara, justamente por ser uma questão central e que norteava a corrente nacionalista – mais adiante este ponto específico será aprofundado.

Diante desses importantes elementos, partimos para a análise do recorte aqui proposto iniciando pelo Capítulo II da obra de Jaguaribe, no qual este faz uma análise detalhada, através de uma abordagem segmentada, em que elenca respectivamente três principais formas de nacionalismo: o cultural, o econômico, e o político.

Houve um nacionalismo cultural, a que se acham ligados o movimento modernista e as correntes que dele se originaram, como a verde-amarela, a regionalista, a do realismo social, etc. Mais recentemente, eclodiu o nacionalismo econômico, reivindicando para o capital nacional, sobretudo na forma de monopólios estatais, a exploração do petróleo e dos minerais atômicos. E ao mesmo tempo se desenvolveu o nacionalismo político, identificado, internamente, com as exigências de democracia e de justiça social e com a tendência a fortalecer a união, no quadro da federação e revitalizar o Município, como núcleo regional básico.⁷⁰

Posteriormente, propõe-se fazer uma “sociologia do nacionalismo”: explica o conceito de “cosmopolitismo”, do qual se utiliza para substituir o termo “entreguismo”, que, como já mencionado, para Jaguaribe tomou um caráter pejorativo que não justifica nem explica, de fato, esse posicionamento. Para o autor, o cosmopolitismo são todas as tendências que de alguma forma se opõe ao nacionalismo:

O cosmopolitismo, subestimando a capacidade nacional de investimento e de incorporação da tecnologia moderna, entende que o progresso nacional depende, essencialmente, de investimento estrangeiro, e favorece uma política neocolonialista, especialmente voltada para os Estados Unidos, a quem caberia o papel de expandir a economia brasileira, a ela incorporando seus capitais e sua tecnologia [...]. O nacionalismo, superestimando a capacidade nacional de investimento e especialmente o preparo tecnológico do país, considera com cepticismo ou com receio o investimento estrangeiro e se inclina para uma política de capitalismo de

⁶⁹ JAGUARIBE, Hélio. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958. p. 12.

⁷⁰ Ibidem, p. 32.

Estado, atribuindo aos poderes públicos, particularmente na órbita da União, o principal encargo de promover o desenvolvimento econômico do país.⁷¹

Ele insiste no confronto dos dois grupos para mostrar essas determinadas incoerências e faz uma crítica muito interessante no sentido de que não se pode fazer uma simplificação de ambos, deixando de perceber toda a complexidade que os envolve – ainda assim o termo “cosmopolitismo” cunhado por ele é bastante amplo. Talvez por isso ele tenha se proposto a fazer uma série de abordagens divididas em subcapítulos, como podemos ver nessa primeira parte de seu livro, em que tenta de alguma forma não reduzir o debate à simples dicotomia nacionalista e entreguista.

Posteriormente, no último item do Capítulo II, parte para uma “psicologia do nacionalismo”, determinando seus elementos psicoculturais. De acordo com essa lógica, os nacionalistas apresentariam níveis mais elaborados de mentalidade e cultura, enquanto os grupos de nível médio teriam tendências mais cosmopolitas – nos dois segmentos seria possível identificar composições sociais específicas.

De modo geral, essa distribuição reflete a composição social predominante em cada uma das tendências. O nacionalismo, pelos motivos expostos, é uma aspiração que corresponde, de um lado, ao setor mais dinâmico da burguesia, empenhado na revolução industrial. De outro, proletariado, cuja capacidade de consumo se expande com o grau de industrialização. Ademais, são de tendência nacionalista os quadros técnicos e administrativos e a *intelligentzia* da classe média, vinculados, simultaneamente, ao processo de desenvolvimento e à consolidação interna e externa do Estado. O cosmopolitismo, ao contrário, é a posição para a qual propendem a burguesia latifúndio-mercantil – setor dirigente da burguesia nas condições semicoloniais e subdesenvolvidas do Império e da República Velha –, e a ampla parcela da classe média constitui setor terciário relativamente parasitário, indiretamente subvencionado pelo Estado Cartorial, na forma de empregos públicos sem correspondentes encargos, de baixa ou nula funcionalidade.⁷²

São considerações muito importantes para percebermos os campos de disputa dessas duas correntes e o nível de congruência que contraditoriamente as entrelaça. Porém, é preciso analisar este ponto de vista de Jaguaribe com certas ressalvas, por exemplo, o que exatamente ele quis dizer com “nível mais elevado de mentalidade” em contraposição a um “nível médio”? Isso não fica claro em seu texto, ele não aprofunda essa questão nem apresenta embasamento mais específico para tal posicionamento, parecendo ser mais uma opinião pessoal do que teórica a fim de classificar determinados posicionamentos.

⁷¹ JAGUARIBE, Hélio. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958. p. 34.

⁷² Ibidem, p. 35.

Podemos nos perguntar se suas críticas representam apenas a intenção de justificar um posicionamento pessoal ou se essas microanálises que ele se propõe fazer são realmente uma tentativa de elucidar questões confusas e difíceis de teorizar, principalmente naquela específica conjuntura histórica.

Parece complexo para Jaguaribe elucidar o nacionalismo por si só; qualquer que fosse a explicação, na maioria das vezes, ela se dava através do confronto com o chamado entreguismo, ou “cosmopolitismo” como ele preferiu. Através dessa oposição, é possível constatar quais eram as principais discussões em voga naquele período.

Partindo para o terceiro capítulo, “Contradições do nacionalismo brasileiro”, uma das considerações mais interessantes de Jaguaribe diz respeito ao que ele chama de Estado Cartorial:

O Estado brasileiro, desde a colônia, tornou-se Cartorial e assim persiste em nossos dias. Caracteriza-se o Estado Cartorial por um instrumento de manutenção de uma estrutura econômico-social fundada numa economia primária de exportação e nos privilégios de classe a ela correlatos. Sua nota distintiva reside no fato de que o serviço público, em lugar de consistir no atendimento das necessidades coletivas, é um mecanismo de manipulação das clientelas eleitorais destinado a perpetuar os privilégios da classe dominante, proporcionando, sem a contrapartida da prestação de serviços efetivos e socialmente necessários, empregos e favores à clientela dos grupos dirigentes.⁷³

O autor considera que as classes médias que se formaram no Brasil acabaram se expandindo dentro daquele quadro de subdesenvolvimento, pois um país que permanecia agrícola não lhes dava condições de se inserirem no processo produtivo, levando-os a um parasitismo do Estado. Neste sentido, sua análise parece bastante coerente: de maneira geral, ele considera que os serviços públicos funcionavam numa lógica de obtenção e manutenção de privilégios; Jaguaribe considera este um dos motivos que impediu o nacionalismo de tornar-se eficiente naquele contexto. O autor se refere também às contradições sociais existentes no nacionalismo, fazendo uma crítica à configuração da sociedade brasileira dentro de um contexto de manutenção de privilégios, oriunda ainda do colonialismo onde volta a criticar o Estado Cartorial.

No que diz respeito às classes trabalhadoras, o autor considera que é necessária uma política que assegure igualdade de oportunidades, transferindo para a competição individual a disputa de posições. No entanto, pondera que é preciso reconhecer que não existe igualdade de oportunidades, pois o que prevalece na sociedade brasileira é um regime de privilégios de

⁷³ JAGUARIBE, Hélio. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958. p. 41.

classe e a espoliação do proletariado, que, por sua vez, parece manter-se apático dentro dessa lógica. É bastante interessante a observação de Jaguaribe a esse respeito: ele reforça a questão da dinâmica da manutenção de interesses da classe média ao mesmo tempo em que há um esvaziamento de reivindicações por parte do proletariado:

Nos limites restritos em que já existe igualdade de oportunidades, as classes trabalhadoras se insurgem contra os seus resultados discriminativos e opõem, aos processos de retribuição fundados na capacidade, a pretensão a formas coletivas e indiscriminadas de remuneração, em função da duração do trabalho, do tempo de serviço, etc. Por outro lado, ao investirem contra o regime de espoliação e privilégios de classe, fazem-no na forma das manifestações inorgânicas e inconsistentes do populismo, deixando-se galvanizar por demagogos carismáticos, que não compreendem a realidade social nem podem conduzir à sua transformação.⁷⁴

Dito isto, Jaguaribe faz uma crítica especificamente às classes médias, responsabilizando-as por uma condição parasitária que se criou dentro dos serviços públicos e que, como já citado anteriormente, tornou o Brasil um Estado Cartorial, que já desde a colônia funciona num esquema de troca de favores. Segundo ele, esta é uma das condições que travam o desenvolvimento, pois o Estado se limita à condição de arrecadação fiscal para assim suprir as despesas do próprio funcionalismo.

Além disso, a precariedade dos serviços públicos não acompanha as demandas que se fazem necessárias para promover o desenvolvimento que depende da prestação de serviços eficientes e dinâmicos. É neste ponto que se insere mais uma crítica ao nacionalismo, pois Jaguaribe considera que ele não beneficia a modificação dessa lógica, muito pelo contrário: o nacionalismo favorece a cristalização dessa dinâmica.

Com o desenvolvimento econômico, acentuou-se a necessidade da prestação efetiva de verdadeiros serviços públicos. O Estado Cartorial, gerado pelo semicolonialismo e subdesenvolvimento, e a ele impondo continuidade e ordem, tornou-se uma aparelhagem cada vez mais inadequada para atender as novas exigências criadas pelo desenvolvimento. As aspirações nacionalistas vieram acentuar esse descompasso ao exigirem do Estado a adequada preservação da soberania externa e a ativa intervenção interna na promoção e orientação do desenvolvimento. É nesse ponto que se vem manifestando, de forma cada vez mais aguda, a contradição resultante de pretenderem as forças sociais ligadas ao Estado Cartorial persistir na política de clientela, desejando, ao mesmo tempo, as vantagens do desenvolvimento econômico.⁷⁵

⁷⁴ JAGUARIBE, Hélio. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958. p. 40.

⁷⁵ Ibidem, p. 42.

Percebe-se que, para Jaguaribe, a visão nacionalista que prega a soberania do Estado esbarra na ineficiência deste, pois o considera incapacitado para tal, o que inevitavelmente não permite o desenvolvimento autônomo que os nacionalistas pretendem. Para Jaguaribe, os serviços públicos parasitários impedem a realização das demandas nacionalistas, que dessa forma não conseguem colocar em prática seus próprios discursos.

Diante dessa colocação de Jaguaribe, podemos refletir sobre seu ponto de vista propondo um questionamento: será que a intervenção de capital estrangeiro feita no Brasil até aquele momento, de certa forma, também não teve um caráter um tanto parasitário? Até que ponto favoreceu a busca por mais autonomia do País?

Se existem deficiências no serviço público, se o clientelismo contamina suas funções e compromete as aspirações nacionalistas, ainda assim, talvez as propostas de reformas de base sugeridas por essa corrente pudessem alterar tal lógica. É instigante indagarmos se as reformas propostas pelos estudos dos principais isebianos nacionalistas poderiam ter funcionado como agentes transformadores desse Estado Cartorial descrito por Jaguaribe.

Dessa forma, é interessante refletirmos sobre esse argumento do isebiano, no sentido de que, talvez, pudesse justamente ser o nacionalismo a alterar essa lógica. Infelizmente, neste caso, permanecemos apenas no campo das ideias.

O autor cita também uma importante contradição econômica, que diz respeito à relação entre a subcapitalização⁷⁶ e o desenvolvimento econômico. Neste sentido, Jaguaribe destaca o capital estrangeiro como uma possível solução:

O país é subdesenvolvido porque é subcapitalizado. E a carência de capitais poupáveis ao consumo e aplicáveis em investimentos reprodutíveis prolonga o subdesenvolvimento. Daí a conveniência, ou mesmo necessidade, considerada a questão em termos abstratos e simplificados, de incrementar a capacidade nacional de investimentos mediante imigração de capitais estrangeiros. É exatamente contra o capital estrangeiro, todavia, que, de modo geral, se insurge o nacionalismo, nêlo vendo um fator de espoliação das riquezas naturais do país e um processo de agravamento de nossa dependência colonial.⁷⁷

Para Jaguaribe, o capital estrangeiro poderia ser uma importante ferramenta para favorecer investimentos que teriam influência direta na questão da subcapitalização, assim podendo reverter o quadro deficitário da economia no País. Porém, segundo o autor, o nacionalismo brasileiro enxergava nessa possibilidade unicamente a manutenção da lógica de dependência, contra a qual o Brasil precisava lutar. Ora, o Brasil estaria ignorando as

⁷⁶ Disponível em: <<http://www.valortributario.com.br/arquivos/3836>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

⁷⁷ JAGUARIBE, Hélio. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958. p. 38.

possíveis vantagens que poderia obter através da colaboração do capital estrangeiro, se o seu campo de inserção fosse devidamente planejado.

Foi este posicionamento de Jaguaribe que gerou uma enorme polêmica dentro e fora do ISEB, foi motivo da crise que se instaurou no grupo e levou ao seu desligamento um ano após o lançamento do referido livro. O isebianos recebeu muitas críticas, foi acusado de ter “se vendido” para empresas estrangeiras, sendo classificado como “entreguista”. Realmente a corrente nacionalista dentro do ISEB fez uma forte oposição a Jaguaribe e a seu livro, inclusive Nelson Werneck Sodré, que, como veremos, teve um posicionamento antagônico.

Mais adiante, já no Capítulo IV, “Sentido do nacionalismo brasileiro”, Jaguaribe reflete sobre os antecedentes desse nacionalismo que ele problematiza, e identifica uma característica específica: considera que o processo de desenvolvimento e as transformações pelas quais o Brasil passava acabaram por promover o nacionalismo como uma forma de ordenação político-jurídica e social⁷⁸. Neste sentido, o nacionalismo, segundo Hélio Jaguaribe, foi um movimento provocado pelo desenvolvimento do País, utilizado na busca por uma racionalização e pela própria aceleração desse desenvolvimento.

Diante disso, podemos compreender por que Jaguaribe considera que o nacionalismo brasileiro decretou seus fins sem antes planejar seus meios. O nacionalismo emergiu em meio a essas transformações como catalizador das expectativas e também das defasagens presentes nesse processo de desenvolvimento do País. Quanto à sua finalidade, o nacionalismo pretendia ordenar essas mudanças, mas tal fazer era discutido apenas no campo das ideias; na prática, os meios necessários para atingir os fins acabaram ficando esvaziados de iniciativas concretas, e é provável que isso tenha se dado devido à falta de coesão e homogeneidade da corrente nacionalista.

O nacionalismo, como se viu, não é imposição de nossas peculiaridades, nem simples expressão de características nacionais. É, ao contrário, um meio para atingir um fim: o desenvolvimento. E como tal deve ser exercido, mediante o emprego dos instrumentos mais adequados para a realização deste fim. [...] É indispensável elucidar todos os equívocos tendentes a confundir com o nacionalismo o fato de serem nacionais os agentes ou recursos empregados para a obtenção de um fim qualquer.⁷⁹

⁷⁸ JAGUARIBE, Hélio. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958. p. 51.

⁷⁹ *Ibidem*, p. 52.

Diante dessa desarmonia presente na corrente nacionalista, Jaguaribe se manifesta tentando indicar um caminho rumo ao desenvolvimento, e se permite mais uma vez abordar a questão da inserção do capital estrangeiro no País. Ele afirma que no nacionalismo alguns objetos não precisariam ser necessariamente nacionais, ou seja, poderia haver um nacionalismo que abarcasse o investimento estrangeiro a fim de dinamizar processos sem ferir a autonomia nacional. Com base nesse argumento, continua:

[...] o que torna nacionalista a atual política do petróleo não é o fato de a Petrobras ser uma empresa do Estado brasileiro, dirigida por brasileiros natos, etc. Em tese, a política nacionalista do petróleo poderia ser realizada pela Standard, ou qualquer outra empresa, desde que, concretamente, na situação presente do país, essa fôsse a forma mais eficaz de explorar o petróleo brasileiro e proporcionar à economia nacional o pleno uso e controle de tal matéria-prima.⁸⁰

O que Jaguaribe propunha é que, se o nacionalismo tem como finalidade o desenvolvimento do País, deve utilizar como meio de alcance os agentes que se dispõem como mais eficazes, e dentro de condições concretas. Em outras palavras, esses agentes aos quais Jaguaribe se refere poderiam ser o capital estrangeiro que, mesmo assim, o processo como um todo não deixaria de ser nacionalista.

Outro ponto polêmico levantado por Jaguaribe neste capítulo é a questão da instalação de bancos estrangeiros no País: ele critica alguns projetos que visavam restringir essa demanda. O autor considera que poderiam se definir condições apropriadas para isso, como, por exemplo, a exigência de uma aplicação mínima de recursos em favor das empresas nacionais⁸¹.

Chegando ao final do Capítulo IV da obra de Jaguaribe, fica claro que o autor era favorável à entrada do capital estrangeiro, mas sempre argumentando que não se deixaria de ser nacionalista por isso pois, segundo ele e como já mencionado, não necessariamente o nacionalismo significava que todos os agentes e recursos do processo de desenvolvimento precisariam ser nacionais. O País deveria usufruir do investimento estrangeiro para viabilizar com mais dinamismo seu processo de industrialização.

O critério para determinar se é ou não conveniente a criação de uma indústria será sua competitividade internacional, dados um câmbio livre de taxa única e uma tarifa aduaneira módica. O capital estrangeiro podendo entrar e sair livremente, de acordo com seu interesse, tenderá a buscar no país oportunidades de investimento mais escassas nos países plenamente desenvolvidos e assim acelerará nossa capitalização.

⁸⁰ JAGUARIBE, Hélio. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958. p. 52.

⁸¹ Ibidem, p. 54.

Estímulos especiais, particularmente fiscais, poderão ser-lhe atribuídos, se o ingresso não se processar na medida desejada. Os setores internacionalmente explorados em regime de monopólio ou de cartel, como o petróleo, o aço, a química de base, etc. serão o campo de eleição do capital estrangeiro, proporcionando ao país a forma mais eficiente de exploração das matérias-primas que para tal disponha. Uma política realista de tarifas, nos serviços de utilidade pública, assegurará, igualmente, os investimentos estrangeiros em transportes, energia elétrica e comunicações, garantindo ao público brasileiro a eficiente gestão desses serviços.⁸²

Esse excerto, em síntese, traduz o ponto de vista defendido por Hélio Jaguaribe que acabou por gerar um acalorado debate, não apenas sobre o nacionalismo mas sobre qual projeto de desenvolvimento seria o ideal para o País naquele seu processo de industrialização e desenvolvimento. Para Jaguaribe, o nacionalismo era um meio utilizado para atingir um fim, o desenvolvimento, e havia maneiras para viabilizá-lo sem que a autonomia nacional fosse ameaçada.

Porém, para o autor, a corrente nacionalista ignorava esse fato, atendo-se apenas ao argumento de acabar com a lógica colonialista e de dependência, passando assim a investir num discurso de valorização dos agentes nacionais mas sem chegar a um consenso sobre como viabilizar o desenvolvimento através de uma proposta nacionalista e, portanto, sem sair do campo das ideias. Além disso, o Brasil padecia de um serviço público defasado e ineficiente, dentro da lógica do Estado Cartorial, que não possibilita o desenvolvimento e, na prática, esvazia o sentido do nacionalismo.

Na segunda parte do seu livro, “Os problemas concretos”, Hélio Jaguaribe discute com aprofundamento a questão da Petrobras, mais especificamente a partir do Capítulo VII, “Criação da Petrobras”, com destaque para a abordagem feita a partir do Capítulo XIV, “A defesa do capital estrangeiro”. Infelizmente a análise dessas seções não comporta o recorte definido para o presente Trabalho de Conclusão de Curso, por sua abordagem implicar um caráter muito amplo. Diante disso, limitamo-nos à discussão sobre as características desse nacionalismo que pretende, entre outros elementos, a autonomia do Estado e, havendo oportunidade, em outra ocasião, poderemos contemplar o estudo da segunda parte da obra de Jaguaribe.

Ao longo dos capítulos analisados, podemos perceber que os posicionamentos de Jaguaribe eram, em geral, defendidos através de uma crítica inicial à maneira como eram conduzidos os debates e métodos do nacionalismo, seguida de uma abordagem equilibrada

⁸² JAGUARIBE, Hélio. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958. p. 59.

das suas próprias propostas, nas quais ele procurava demonstrar as possibilidades de abertura para o capital estrangeiro sempre complementando com alternativas para regulação.

O fato é que as afirmações de Jaguaribe já nesses primeiros capítulos analisados mostram o posicionamento do isebiano, que defende o nacionalismo como ideologia capaz de promover o desenvolvimento do País mediante a assimilação do capital estrangeiro. Para Hélio Jaguaribe, seria este o nacionalismo que priorizaria a autonomia do País.

CAPÍTULO III – O NACIONALISMO NO JOGO DE NELSON WERNECK SODRÉ

Em História talvez seja um equívoco afirmar que quase nada é totalmente novo. Mas quando falamos de rupturas e permanências, eclodem conceitos e elementos que acabam sendo ressignificados pelo homem e pela sociedade ao longo de suas ações no tempo. Dentro de um processo dialético, alguns desses elementos estão num constante fazer-se e refazer-se, sua base empírica nos permite perceber esse movimento dentro de uma determinada conjuntura histórica.

Neste sentido, vamos analisar a questão do nacionalismo também em Nelson Werneck Sodré, que, como integrante do ISEB, teve um papel importante durante seus nove anos de trabalho intelectual no instituto. Ser nacionalista, para o autor, era mais do que uma orientação ideológica, pois, dentro daquele contexto marcado por projetos que visavam promover o desenvolvimento do Brasil, o nacionalismo seria a forma mais eficiente de condução política e econômica para assim diminuir a dependência estrangeira. Mas o que era ser nacionalista na visão do militar, isebiano e historiador Nelson Werneck Sodré?!

O conjunto de sua obra é bastante vasto; dono de uma bibliografia extensa, ele buscava teorizar períodos importantes da nossa história. Realizou seus estudos ao longo de um período histórico de intensas mudanças no cenário político, econômico e social do Brasil e manteve-se ativo no trabalho intelectual até pouco antes de sua morte, em 1999.

A fim de dinamizar a análise e para nos aproximarmos um pouco da figura de Sodré, faremos uma leitura cronológica da sua trajetória; assim sendo, remetemo-nos ao ano de 1931, quando iniciou sua carreira militar, ainda durante o primeiro governo de Getúlio Vargas.

Neste caminho trilhado por Sodré, um dos momentos mais decisivos foi quando participou de uma ação do Exército em 1938, sendo chamado para interferir em conflitos de terra no Mato Grosso envolvendo grandes proprietários e agricultores pobres. Teria sido após esse episódio que Sodré tomou um posicionamento de esquerda, assumindo-se inclusive como marxista;⁸³ essas posturas consideradas polêmicas no contexto da época acabaram gerando desconforto dentro do seu regimento.

Ainda em 1938 Sodré lançou seu primeiro livro de destaque, *História da Literatura Brasileira*,⁸⁴ no qual faz uma abordagem sobre questões literárias relacionando-as com

⁸³ Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/nelson_werneck_sodre>. Acesso em: 10 maio 2016.

⁸⁴ GRESPAN, Jorge Luís da Silva. O Marxismo de Nelson Werneck Sodré. In: SILVA, Marcos. *Nelson Werneck Sodré na Historiografia Brasileira*. São Paulo: EDUSC, 2001. p. 95.

conflitos sociais e relações de propriedade. Neste período já era membro do Partido Comunista do Brasil (PCB), e suas opiniões políticas eram motivo de desconforto entre os militares. Em 1944 ingressou na Escola de Comando e Estado-Maior, onde posteriormente atuou como professor, chefiando inclusive o Curso de História Militar até 1950.⁸⁵ Também participou ativamente da campanha “O Petróleo é Nosso”, defendendo uma posição política nacionalista em relação à Petrobras.

Ao longo de sua carreira militar, Sodré sofreu algumas represálias em virtude de seus posicionamentos políticos de esquerda; ainda em 1950 e após participar da campanha a favor da Petrobras, ele foi transferido para o 5º Regimento de Artilharia de Cruz Alta no Rio Grande do Sul, lá permanecendo por cerca de cinco anos. Posteriormente, em 1961, já como membro do ISEB, foi preso por apoiar a posse de João Goulart após a renúncia de Jânio Quadros, e enviado contra a sua vontade para servir em Belém.⁸⁶ Era uma forma de afastá-lo dos principais centros de discussão da época e talvez uma maneira de mantê-lo sob controle.

Em 1962 passou à reserva na patente de general e, desde então, assumiu a chefia do Departamento de História do ISEB, atuando também como professor; aí permaneceu até o fechamento do instituto, em 1964. Logo após o golpe militar, Sodré ficou preso por quase dois meses, seus direitos políticos foram cassados por dez anos e teve retirado o direito de atuar como professor⁸⁷. Em virtude disso, já como militar aposentado, Sodré passou a se dedicar exclusivamente ao trabalho intelectual e à escrita de diversos livros e artigos.

Somando uma bibliografia bastante extensa, escreveu mais de sessenta livros⁸⁸; sua última obra de destaque foi *A Farsa do Neoliberalismo*, de 1995, e em seus últimos anos de vida escreveu para revistas como a *Princípios* e jornais de divulgação mais restrita. Nelson Werneck Sodré faleceu em janeiro de 1999 e, apesar da sua intensa produção intelectual, como historiador teve pouco destaque no campo da historiografia.

No meio acadêmico, como referencial teórico, ficou de certa forma esquecido, porém recentemente, em 2001, o historiador Marcos Silva fez um resgate da trajetória de Sodré no livro *Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira*, mostrando a relevância do intelectual e sua obra. O referido livro foi muito importante para a fundamentação teórica do

⁸⁵ Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/nelson_werneck_sodre>. Acesso em: 10 maio 2016.

⁸⁶ Ibidem.

⁸⁷ PINTO, João Alberto da Costa. Nelson Werneck Sodré e o Projeto da História Nova do Brasil. In: SILVA, Marcos. *Nelson Werneck Sodré na Historiografia Brasileira*. São Paulo: EDUSC, 2001. p. 62.

⁸⁸ Ibidem, p. 55.

presente Trabalho de Conclusão de Curso, principalmente no que diz respeito à compreensão da atuação de Sodré como historiador.

Talvez um dos motivos para essa falta de credibilidade esteja relacionado ao livro *Formação Histórica do Brasil*, publicado em 1962; entre outras questões, Sodré defende a presença de uma forma de feudalismo no Brasil Colonial que, segundo ele, também se fez presente no pós-abolição como resultado da decomposição da escravidão e das relações de produção que dela se originaram, onde o ex-escravo praticamente permanecia ligado à terra, estabelecendo, assim, uma espécie de relação feudal.⁸⁹

A análise dessa tese de Sodré não cabe no presente estudo, mas é importante mencioná-la para compreender a antipatia existente no meio acadêmico em relação ao autor. As considerações de Marcos Silva nos ajudam a compreender como se deu esta deslegitimação de um intelectual que, na contemporaneidade do ISEB, tinha um enorme prestígio mas a partir da década de 1970 foi colocado no limbo da historiografia.

Como abordar o trabalho de um autor habitualmente situado fora dos cânones historiográficos instituídos, julgado refugio ideológico e objeto de descarte, tornado mesmo exemplo de “O que não fazer”? Discutir a obra do historiador Nelson Werneck Sodré, assim enquadrada pelo debate historiográfico brasileiro, significa, ao menos:

1- Refletir sobre seu lugar nessa tradição historiográfica, retomando o debate sobre sua vasta produção, interrompido desde meados da década de 70, quando alguns nomes representativos da Historiografia e de outros campos das Ciências Humanas no Brasil (Maria Sylvia Carvalho Franco, Carlos Guilherme Mota, Giselda Mota, Caio Navarro Toledo e, de forma indireta, Marilena Chauí e Caio Prado Jr.) tenderam a avaliá-lo muito negativamente.

2 – Acompanhar seus vínculos com setores da historiografia mais recente que rediscutem e redirecionam questões por ele esboçadas sobre colonização, literatura, república, militares e imprensa, dentre outros temas da experiência histórica brasileira.⁹⁰

Salvaguardadas as controvérsias teóricas e metodológicas em relação ao historiador e não considerando esgotadas as potencialidades e possibilidades de análise sobre a sua obra, é necessário nos restringirmos aqui ao recorte definido para o desenvolvimento deste estudo. Diante disso, no que diz respeito ao ISEB, Nelson Werneck Sodré foi sem dúvida um dos intelectuais mais engajados, influentes e importantes da história do Instituto.

Portanto, para contemplar a temática proposta pelo presente Trabalho de Conclusão de Curso, será feita a apreciação do livro *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro*, de autoria de Sodré, lançado pela editora do ISEB em maio de 1960. O referido livro teve origem

⁸⁹ SILVA, Marcos. *Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira*. Bauru, SP: EDUSC, 2001. p. 30-31.

⁹⁰ Ibidem, p. 9.

em uma aula inaugural do Curso Regular do Instituto pronunciada pelo historiador em 12 de março de 1959, no auditório do ISEB, localizado no bairro de Botafogo, Rio de Janeiro.

Contando com apenas 42 páginas, o livro é bastante sintético e não possui capítulos ou qualquer tipo de divisão por temática. É composto por um texto corrido no qual o autor se propõe fazer uma análise do nacionalismo brasileiro desde suas origens até aquele momento presente, quando as discussões sobre a temática estavam bastante acaloradas. É importante lembrar que a aula inaugural que originou esse livro foi proferida logo após o polêmico lançamento de *O Nacionalismo na Atualidade Brasileira*, de Hélio Jaguaribe, e editado pouco tempo depois da saída deste autor do ISEB.

Estes são elementos importantes para compreendermos a intenção de Sodré ao fazer daquela aula inaugural um livro, bem como as motivações do autor presentes no texto. *Raízes do Nacionalismo Brasileiro* reflete a importância daquele momento histórico dentro e fora do ISEB, bem como as disputas intelectuais que permeiam as propostas nacionalistas daquele período. Mesmo que as fontes aqui analisadas não sinalizem a intenção de Sodré em responder certas críticas de Jaguaribe, talvez possamos identificar essa questão como uma possibilidade contundente.

O período que abarca a aula inaugural e o lançamento desta como um livro contempla o governo de Juscelino Kubitschek, que, como já mencionado anteriormente, é marcado pelo desenvolvimentismo; assim como Hélio Jaguaribe, Sodré também está imerso nesse cenário composto por projetos e expectativas relacionadas ao nacionalismo como possível catalisador do desenvolvimento brasileiro.

Partindo para a análise da obra do isebiano Nelson Werneck Sodré, é interessante atentar para um trecho inicial:

Em obediência a uma praxe estabelecida no ISEB, cabe-me pronunciar a aula inaugural, iniciando o contato com os estagiários neste novo ano de atividades regulares. Decidiu a Congregação, e me parece acertadamente, versasse esta palestra matéria pertinente ao curso que me cabe desenvolver e atendesse ao interesse generalizado que o Nacionalismo vem despertando entre nós. Qualquer que seja a posição face a esse fenômeno central da vida política brasileira, nos dias que correm, não há dúvida que representa um fato de importância indiscutível, configurando um quadro em que essa posição deixa de ser indiferente para ser militante. Só os fenômenos cuja grandeza se traduz por semelhante generalidade e profundidade podem tornar-se divisores de águas. O nacionalismo, no Brasil, atingiu tal magnitude.⁹¹

⁹¹ SODRÉ, Nelson Werneck. *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960. p. 9.

Ao analisarmos este recorte, podemos perceber como as discussões acerca do nacionalismo eram temas centrais no referido período. O termo continha em si toda uma contingência de aspirações e esperanças de renovação econômica, política e social. Os intelectuais do ISEB discutiam amplamente essa questão e Nelson Werneck Sodré, como representante da esquerda, tinha aspirações específicas para o modelo de nacionalismo a ser adotado no Brasil – que segundo ele, seria um divisor de águas. É isso que veremos a partir da análise de seu livro, e que também é a centralidade do presente estudo: o que era ser nacionalista para Sodré? Qual o papel do nacionalismo para esse isebiano?

Quando se propõe fazer uma abordagem sobre as raízes históricas do nacionalismo no Brasil, o historiador seleciona três recortes específicos que, segundo ele, representam importantes fases de transformação institucional e que foram decisivas para a configuração daquele Brasil então em discussão: a Independência, a Proclamação da República e a que ele chama de “Revolução Brasileira”⁹², referindo-se ao Golpe de 1930 – naquele período, era relativamente recente, não havia a ressignificação historiográfica que temos a esse respeito nos dias de hoje.

Ao fazer a análise desse recorte, o autor começa observando o cenário da Independência do Brasil, buscando as referidas origens do nacionalismo brasileiro e os elementos que posteriormente dariam forma ao perfil nacionalista defendido por ele. Diante disso, uma observação muito interessante feita pelo historiador é quanto à questão de que naquele cenário o Brasil não tinha povo⁹³; segundo ele, a sociedade brasileira era composta por uma classe dominante constituída por senhores de escravos e de terras, além de uma camada de pessoas livres que não viviam da exploração do trabalho, as quais eram desprovidas de poder político e socialmente instáveis, estando dessa forma totalmente limitadas aos interesses da classe dominante.

Quando afirma que o Brasil do contexto da independência não tinha povo, Sodré não entra em maiores detalhes e nem apresenta referências, mas seu texto nos remete ao fato de que a população que compunha a sociedade da época não tinha uma identidade definida, nenhuma coesão e representatividade. Assim sendo, é possível que a definição do autor esteja centrada na ideia de que aquela população não se reconhecia como povo, muito menos como nação. O que nos remete justamente a elementos do estudo feito por Eric Hobsbawm e que ancoram teoricamente a presente pesquisa.

⁹² SODRÉ, Nelson Werneck. *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960. p. 11.

⁹³ *Ibidem*, p. 16.

Dando sequência à sua análise e sem se ater a detalhes, Sodré entra no mérito da Proclamação da República chamando a atenção para o fato de que a população tinha crescido consideravelmente, havendo uma maioria esmagadora de não proprietários, e já não existiam mais escravos.

São todos trabalhadores livres, repartidos em classes: é possível mencionar a existência de uma classe média e naturalmente uma classe média peculiar a um povo de formação colonial. É possível falar em trabalhadores, embora seja ainda prematuro falar em operários. Há operários porque há indústrias – indústrias de bens de consumo, naturalmente, que explicam o crescimento do mercado interno e a transferência de capitais de determinadas áreas de aplicação para outras –, mas tais operários, recrutados nas sobras do campo, já nesse tempo, ou nas correntes migratórias, carecem de significação política.⁹⁴

Neste contexto, diante das intensas transformações sociais pelas quais o Brasil passava, o isebiano voltou a refletir sobre quem era o povo daquele período. Para Sodré, o povo era “tudo aquilo que não vivia do trabalho de outrem e compreendia, portanto, a maioria esmagadora da população”⁹⁵; além disso, não tinha nenhuma participação na vida política da República e não possuía uma identidade comum, eram ainda desprovidos de unidade nacional.

Podemos perceber o movimento feito pelo autor na construção de seu pensamento, ele tenta entender a formação social do Brasil para, dessa forma, compreender como se deu a aglutinação desse povo como uma nação. Em que momento surgiu no Brasil a ideia de nacionalidade e que foi culminar no nacionalismo em questão? No contexto da República que acabava de ser implantada, o autor chama a atenção para o crescimento da classe média, que penetrou na política tomando para si um espaço importante e passando a disputar lugar no governo. Para Sodré, a República é fruto da composição de forças entre uma classe média que disputava a participação no poder e de uma fração da classe dominante que representava a “lavoura nova do café”⁹⁶. Esta disputa acabou se instalando dentro da própria República, e o autor explica:

A luta da classe territorial para expulsar do poder os elementos de classe média, que eram os militares, recompondo-se, para isso, a unidade dos velhos tempos. A referida luta é que provoca os incidentes do governo de Deodoro e, principalmente, os que pontilham o período em que Floriano detém as rédeas do poder. [...] Floriano representa, tipicamente a classe média, que começa então a disputar um papel

⁹⁴ SODRÉ, Nelson Werneck. *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960. p. 17.

⁹⁵ *Ibidem*, p. 22.

⁹⁶ *Ibidem*, p. 22.

político, e a própria difusão do positivismo nessa classe revela a solução fácil que permitia a defesa de posições progressistas sem rompimento com valores éticos tradicionais.⁹⁷

Para Sodré, o que marca o contexto da República no Brasil é o crescimento dessa classe média, que passou a disputar espaço com a elite mas acabou tendo suas aspirações frustradas pelas sucessões presidenciais que culminaram na “política dos governadores”, a qual, dentro do cenário nacional, consistia na divisão do poder entre as oligarquias estaduais.

Dessa forma, as disputas com essa classe média teriam sido neutralizadas através do revezamento do poder entre representantes dos estados mais influentes, mantendo a estrutura social oriunda do colonialismo, conforme a qual uma parcela daquele povo permanecia ligada à terra e extremamente dependente dos latifundiários. Neste sentido, Sodré chama a atenção para essa característica dentro da perspectiva da reminiscência de relações feudais no Brasil, tese tão polêmica e contestada, mas que ele defendeu até seus últimos dias de vida.

Dentro dessa repartição de poderes – em que o governo central, para realizar a sua política financeira, buscava a paz por meio da transformação política do País em feudos federados – os pleitos eleitorais eram resolvidos sumariamente pelas combinações de cúpula, no revezamento entre representantes dos grandes Estados [...]. Tudo isto significava, na verdade, que a classe dos senhores territoriais, de propriedade natural e indisputada de coisa pública, que fora no Império, necessitava agora articular todo um complicado sistema de compressão para defender seu predomínio. E a República, por isso mesmo, vai assistir a uma sucessão de tumultos, de motins, de perturbações, [...] a revolta da esquadra com João Cândido para, em pleno século XX, abolir a chibata e, finalmente, o movimento tenentista que reflete, com a força crescente da classe média, as inquietações representadas.⁹⁸

O historiador considera que, mesmo dentro desse perfil de domínio das oligarquias e de todos os esquemas desenvolvidos para manutenção de seu poder, não havia como evitar as convulsões sociais que agitavam o País. Registravam-se o crescimento da classe média, que aos poucos penetrava nas esferas de influência disputando espaços, e diversas formas de resistência das camadas sociais marginalizadas, que ainda não se reconheciam como povo mas já esboçavam traços identitários comuns dentro das causas que defendiam.

Dentro dessa perspectiva, mesmo fazendo uma análise muito superficial e pouco aprofundada, ao se propor fazer uma abordagem sobre as raízes históricas do nacionalismo, podemos perceber que a intenção de Sodré é mostrar que o Brasil como nação, como um povo permeado por elementos de identidade nacional, ainda era prematuro, mas estava eclodindo

⁹⁷ SODRÉ, Nelson Werneck. *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960. p. 23-24.

⁹⁸ *Ibidem*, p. 25.

lentamente em meio às transformações políticas, sociais e econômicas que dialeticamente o agitavam.

Continuando seu raciocínio, Nelson Werneck Sodré parte para seu terceiro e último recorte proposto, que diz respeito ao que ele chama de “Revolução Brasileira”. A Revolução de 1930, como o isebiano mesmo comenta, havia sido ainda pouco estudada até aquele presente momento mas, para ele, tinha como característica evidente uma ruptura histórica. Essa ruptura estava relacionada à perda de poder das oligarquias no contexto da crise do café, aos novos vínculos de trabalho que estavam surgindo e ao crescimento da influência da classe média – o que, segundo Sodré, pôde ser observado através do Tenentismo⁹⁹.

Nesse cenário, a classe dominante já não era mais tão poderosa, a classe média estava mais forte e presente, e a classe trabalhadora começava a esboçar sua participação na vida política do País. Segundo Sodré, essas questões são fundamentais para compreender as raízes do nacionalismo brasileiro e de todo o processo que originou a corrente nacionalista da contemporaneidade do isebiano. Para ele, as relações sociais, as mutações políticas e econômicas ocorridas gradativamente no Brasil foram decisivas para o surgimento do nacionalismo como proposta para a superação do subdesenvolvimento do País.

A classe dominante continuaria a ser representada pelos senhores territoriais, mas já sem condições para manter-se sozinha no poder e, progressivamente, sem condições para orientar a vida nacional segundo os seus exclusivos interesses. O crescimento numérico e o amadurecimento político da classe média foi um fenômeno de importância inequívoca [...]. O fator mais importante, porém, seria o advento de uma classe trabalhadora em que o operário definia nitidamente o seu campo e entrava a participar da vida política com uma força inédita no Brasil. A pressão das forças econômicas externas encontrava resistências ou apoios diferentes e contraditórios nessa estrutura social que traduzia as transformações ocorridas na estrutura econômica interna.¹⁰⁰

Sodré leva em consideração também o cenário internacional, as convulsões pelas quais o mundo estava passando e seus reflexos no âmbito nacional; diante disso, elenca três momentos de rupturas importantes: a Primeira Guerra Mundial, a Crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial¹⁰¹. Para o autor, essa conjuntura internacional beneficiou as políticas de capitalização nacional, favorecendo o início de uma industrialização mais efetiva, o

⁹⁹ SODRÉ, Nelson Werneck. *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960. p. 25.

¹⁰⁰ Ibidem, p. 28.

¹⁰¹ Ibidem, p. 27.

crescimento de uma burguesia industrial e dinamizando as possibilidades de inserção no comércio exterior.

Neste sentido, o isebiano chama a atenção para uma questão que ele considera muito importante e decisiva para a consolidação das aspirações nacionalistas: o comércio exterior. Para ele, em virtude da função que o comércio exterior exerce, quem o controla adquire também o controle do país, pois está diretamente relacionado aos mecanismos que regulam as trocas externas, não apenas em relação às mercadorias mas principalmente no que diz respeito à movimentação de capitais.

Este movimento, por sua vez, trazia a contradição para o mercado interno, disputado pelo investidor nacional, enfrentando todas as dificuldades, e pelo investidor estrangeiro, coberto de todas as proteções. A progressiva e inexorável expulsão dos capitais nacionais das áreas de alta rentabilidade agravou profundamente o choque de interesses. De outra parte, a velha regra de socializar os prejuízos encontrava, cada vez mais, resistências tenazes e politicamente organizadas quer na classe média, quer na classe trabalhadora, a que se ativara, de preferência, o ônus de uma continuada espoliação. É curioso que se tenha levantado, nesta fase, o problema da não intervenção do estado na vida econômica, cobrindo-se algumas de suas intervenções, não combatidas, sob o eufemismo de “ação supletiva”. Qualquer estudante de curso secundário sabe que a intervenção na vida econômica existe desde que o Estado existe.¹⁰²

O trecho reflete um dos posicionamentos mais importantes do nacionalismo representado por Nelson Werneck Sodré. Trata-se da crítica à penetração do capital estrangeiro e das inúmeras vantagens oferecidas em detrimento do investidor nacional. Não havia políticas de incentivo que beneficiassem os investidores nacionais e, ao mesmo tempo, eram concedidas diversas formas de regalias ao capital estrangeiro, que penetrava sem dificuldades para usufruir das esferas mais promissoras da economia do País.

O Brasil tinha seus recursos explorados, sem receber um retorno efetivo para a sociedade e a economia, mantendo seu caráter de dependência e desfavorecido da obtenção de qualquer tipo de autonomia estatal. Esta era uma das demandas mais importantes da corrente nacionalista representada pelo isebiano, e que iremos aprofundar em seguida.

Ainda no que diz respeito ao papel do Estado, nesse contexto, Sodré faz uma importante observação em relação à classe média e à disputa por mais espaço, poder e influência. Segundo o autor, a classe média que se configurou como uma burguesia nacional começou a se articular, e o papel do Estado tornou-se conflitante, pois tinha que continuar atendendo as expectativas da classe territorial. Diante disso, o Estado passou a ser

¹⁰² SODRÉ, Nelson Werneck. *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960. p. 29.

constantemente contestado em relação a sua atuação, ora deveria ser neutro, ora deveria favorecer determinadas políticas de ambas as partes. Qual seria, então, o papel do Estado?

De acordo com cada governo esses elementos se alternaram, e foi a partir deles que posteriormente eclodiu com força a corrente nacionalista no Brasil, oriunda do embate de forças no cenário político, econômico e social, que na verdade são indissociáveis. Diante das mutações ocorridas nesses campos ao longo dos diferentes tempos históricos abordados por Sodré é que se configuram as raízes do nacionalismo brasileiro, segundo o próprio autor.

É importante observar que, ao abordar cada recorte, Sodré não agrega fontes ou referências ao seu texto; todos os elementos trazidos por ele são sustentados em forma de uma narrativa histórica, com avaliações de caráter próprio e ensaístico. Como um historiador, Sodré deixa a desejar neste sentido; talvez isso se deva ao fato de o livro ter se originado de uma aula inaugural do ISEB. Porém, esse é também um dos motivos para o questionamento de sua credibilidade feito por outros colegas historiadores que refutaram algumas de suas teorias posteriormente.

Mas essa avaliação historiográfica metodológica não cabe no presente estudo, trata-se apenas de uma observação e, apesar disso, no que diz respeito à questão do nacionalismo, consideramos bastante significativas as observações do isebiano e historiador Nelson Werneck Sodré.

Depois de feita esta abordagem acerca das raízes do nacionalismo brasileiro, o autor passa a discutir o nacionalismo propriamente dito e principalmente o papel do Estado nesse contexto. Sodré defende um Estado atuante, presente e que pudesse diminuir a dependência econômica estrangeira, favorecendo o desenvolvimento autônomo, o que para ele só seria possível através do nacionalismo. Um dos trechos mais significativos do livro em questão refere-se à explicação de Sodré sobre os motivos da sua defesa ao nacionalismo e sua justificativa para tal utilização como opção política no sentido de solucionar os principais problemas estruturais do País.

Por que Nacionalismo? Porque, agora, são as forças econômicas externas o mais poderoso obstáculo ao nosso desenvolvimento, e os seus aliados internos declinam em resistência, já não tutelam o País. [...] O Nacionalismo apresenta-se, assim, como liberação. Do seu conteúdo libertador provém o teor apaixonado de que se reveste e que leva os seus opositores a considerá-lo mais como paixão do que como política. Conviria acentuar, no caso, que não existe paixão pelo abstrato, e que o Nacionalismo traduz uma verdade – a verdade do quadro histórico, e a verdade é concreta. [...] O Nacionalismo representa o ideal democrático, só esposado pelas classes em ascensão, que necessitam da liberdade como o organismo humano de

oxigênio, que vivem do esclarecimento da opinião, que precisam discutir e colocar de público. Precisam, mais do que tudo, do apoio popular, e só isso revela o caráter democrático, essencial, da posição nacionalista.¹⁰³

Sodré defende o nacionalismo como uma alternativa de superação definitiva do passado colonial, neutralizando a ação do capital estrangeiro e assim favorecendo as forças internas interessadas no desenvolvimento nacional autônomo. Ele questiona os críticos do nacionalismo quanto à ideia de que seria apenas uma postura apaixonada; neste sentido, defende que o teor de paixão que acompanha o nacionalismo é um sinal positivo de sua força e não sintoma de fraqueza.

Em relação a isso, talvez possamos identificar aí uma possível crítica às posições de Hélio Jaguaribe, que em uma passagem do seu livro menciona justamente uma característica apaixonada do nacionalismo. Outro comentário de Sodré que nos remete à crítica de Jaguaribe é quando o historiador comenta que o nacionalismo “corresponde a um quadro real, a necessidades concretas – não foi inventado, não surge da imaginação de uns poucos, não vive da teoria mas da prática”¹⁰⁴, lembrando que em seu livro Jaguaribe considera que o nacionalismo surge antes de sua própria teoria, questão já citada anteriormente na análise de *Nacionalismo na Atualidade Brasileira*.

Diante disso, não podemos descartar as intenções de Nelson Werneck Sodré de revidar algumas das críticas de Jaguaribe, embora em nenhum momento o autor o registre claramente e isso não esteja sinalizado nas fontes analisadas. Porém, é necessário atentar para as intenções de Sodré ao proferir a aula inaugural com o tema específico do nacionalismo e posteriormente transformá-la em um livro, tudo isso pouco depois de toda a polêmica que culminou na saída de Hélio Jaguaribe do ISEB.

Neste sentido, é muito importante perceber em que contexto o autor escreve, ou seja, sua escrita está permeada pelas discussões em voga no seu momento presente. Por mais que o autor esteja escrevendo sobre o passado ou lançando ideias para o futuro, essas questões estão diretamente relacionadas com o que ele está experienciando no seu momento presente. Em História, metodologicamente, esse movimento é fundamental quando analisamos determinadas fontes e/ou documentos.

Dando sequência à análise do livro de Sodré, e já quase chegando ao seu final, uma consideração muito interessante do iseiano diz respeito à ideia de que a força do

¹⁰³ SODRÉ, Nelson Werneck. *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960. p. 31.

¹⁰⁴ Ibidem, p. 31.

nacionalismo está no fato de que ele é popular, uma vez que também só é nacional aquilo que é popular. Para o autor, o nacionalismo surge da necessidade de defesa do que é nacional e como expressão de uma política que também priorize o que é popular, pois uma está totalmente ligada à outra. Por isso o Brasil precisava favorecer políticas que desenvolvessem o país como nação, conjugando interesses de classe e suprimindo as necessidades do povo.

É possível perceber que o apelo popular é muito forte nos argumentos; falando em nome do povo e defendendo a nação, consegue-se angariar simpatizantes para a causa, por isso as discussões sobre o nacionalismo tomaram conta da sociedade em geral, transformando-se em uma pauta extremamente importante. O que percebemos no texto de Sodré é esse movimento de esclarecer o propósito do nacionalismo como uma alternativa de desenvolvimento não apenas do País mas também das pessoas, indivíduos dentro daquela sociedade que seria beneficiada pelas políticas nacionalistas. Neste sentido, é importante lembrar também da diversidade dentro da corrente nacionalista no que diz respeito às posturas de esquerda, como no caso de Sodré, pois mesmo com interesses e propostas em comum, havia uma corrente que defendia um nacionalismo trabalhista, bem como o nacionalismo de esquerda do próprio Partido Comunista.

Chegando ao final de seu sucinto livro, o isebiano e historiador faz uma leitura daquele contexto de seu momento presente, lançando uma análise de elementos que ele considera o “velho” e o “novo” daquela fase específica em que está imerso intelectualmente:

Ora, o que é velho e que é novo, nesta fase? [...] é velha a política de socializar os prejuízos, reduzindo o poder aquisitivo da massa demográfica ascendente; é velha a orientação de relegar o Estado à inércia; é velho o mercantilismo que se traduz numa curva ascensional em volume e decrescente em valor; é velha uma norma que nos aprisiona nos moldes de fazenda tropical produtora de matérias-primas para industrialização externa, por legítimas que sejam no exterior; é velha, particularmente, a ideia de que o Brasil só se pode desenvolver com ajuda alheia e, principalmente, com capitais estrangeiros. E o que é novo? Nova é a composição que inclui uma burguesia capaz de realizar-se como classe e começa a compreender que sua oportunidade é agora ou nunca, e que apresenta a classe média atenta e ideologicamente receptiva, pela maior parte de seus elementos, ao clamor que se levanta do fundo da história no sentido de que nos organizemos para a tarefa que nos cabe realizar, e uma classe trabalhadora que adquiriu consciência política e se mobiliza, a fim de partilhar do empreendimento nacional, vendo nele a abertura de perspectivas ao seu papel histórico. Novo é, pois, o povo. [...] Novo, em suma, é o Nacionalismo, que corresponde ao que nos impulsiona para a frente e rompe com o que nos entrava e entorpece.¹⁰⁵

¹⁰⁵ SODRÉ, Nelson Werneck. *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: ISEB, 1960. p. 34-35.

O trecho deixa muito clara a posição de Sodré: o nacionalismo, para ele, se apresentava como uma solução para o problema do subdesenvolvimento e forma de superação de velhos paradigmas da sociedade brasileira. Para o autor, o nacionalismo não era uma especulação ou uma aspiração meramente ideológica, pois se traduzia como uma possibilidade inovadora, verdadeira e concreta dentro do quadro histórico do Brasil.

Neste sentido, o isebiano via a política nacionalista como uma libertação, podendo assumir inclusive uma dimensão revolucionária. Para o autor, o nacionalismo se impunha como uma espécie de exigência oriunda da própria realidade histórica do País e de todas as contradições ainda presentes na sociedade.

A superação do sistema de raízes coloniais, do subdesenvolvimento, do atraso tecnológico e das contradições sociais se daria através do nacionalismo, priorizando o mercado interno e incentivando a capacidade da indústria nacional para assim alcançar a libertação da dependência estrangeira. Diante desses elementos, Nelson Werneck Sodré defendia o nacionalismo como libertário, que justamente por isso poderia assumir inclusive uma dimensão revolucionária dentro do quadro histórico brasileiro.

Portanto, ser nacionalista, para Nelson Werneck Sodré, era abrir-se para o novo, para as demandas de iniciativa nacional, para uma configuração social e econômica inovadora. Ser nacionalista era priorizar o fortalecimento estatal e as políticas internas de forma independente e autônoma, derrubando o velho jogo político de acordos e combinações que beneficiavam uma pequena parcela da elite sem levar em conta o bem-estar e o desenvolvimento nacional.

5 CONCLUSÃO

No início deste estudo, defendemos que, como justificativa da temática, o presente Trabalho de Conclusão de Curso teve a pretensão de contribuir para compreensão de determinados processos históricos oriundos de tempos e contextos distintos, em que conceitos como o de “nacionalismo” são apropriados e ressignificados.

Neste sentido, no que concerne ao nacionalismo no Brasil, tentamos aqui perceber quais ressignificações foram essas, pois, como pudemos observar neste estudo, ainda emergem dessa apropriação sentidos dúbios oriundos das orientações ideológicas distintas de Hélio Jaguaribe e Nelson Werneck Sodré.

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros, ao longo de sua história, reuniu personalidades que hoje são reconhecidas pela importância de sua atuação política e intelectual. Como vimos, o ISEB foi idealizado como um centro de altos estudos que tinha por objetivo realizar pesquisas e trabalhos que apontassem as defasagens e potencialidades do País. Esses estudos seriam utilizados como ferramenta no planejamento de projetos que viabilizassem o desenvolvimento nacional.

Ao longo de seus quase dez anos de atividades, o ISEB esteve presente nas principais discussões políticas, econômicas e sociais daquele período, e em cada uma de suas três fases teve uma importante produção intelectual, que refletiu diretamente as características de cada governo que figurou desde a sua formação, em meados de 1955, até sua extinção, em 1964.

A ideia de planejamento era a principal força motriz do ISEB de Hélio Jaguaribe e Nelson Werneck Sodré e pudemos entender que essa ideia se fortaleceu desde o segundo governo de Getúlio Vargas, quando diversas instituições foram criadas com o objetivo de atender demandas estruturais do País. O movimento intelectual cresceu dentro desse contexto, discussões sobre o fim da lógica de dependência estrangeira e a superação do subdesenvolvimento eram os principais assuntos em pauta.

Foi a partir do governo de Juscelino Kubitschek que as discussões acerca da necessidade de modernização se fortaleceram e a promoção do desenvolvimento ganhou ânimo. Tais propostas foram idealizadas através do nacional-desenvolvimentismo, que, como vimos anteriormente, adquiriu grande expressão ao longo do governo de Juscelino, sendo o ISEB um dos principais interessados na questão.

Porém, é preciso ressaltar que o nacional-desenvolvimentismo não era necessariamente nacionalista naquele viés defendido por Sodré e, no auge dessa ideologia, Juscelino manteve um diálogo entusiasmado com o capital estrangeiro. Tanto que, de acordo

com as constatações anteriores deste estudo, em determinado momento, o ISEB percebeu que não estava conseguindo que seus estudos fossem utilizados pelo governo JK como base para projetos desenvolvimentistas, o que provocou uma verdadeira disputa interna envolvendo tentativas de adequação às suas políticas, objetivando a aceitação das propostas de desenvolvimento do ISEB.

Como consequência, a divisão dentro do grupo ficou evidente: enquanto uns defendiam a entrada do capital estrangeiro no País, outros defendiam a corrente nacionalista autônoma – estes últimos, de certa forma, conseguiram impor seu ponto de vista. Esta era uma importante contradição naquele contexto; enquanto sofria grande intervenção e influência dos Estados Unidos desde a conjuntura da Segunda Guerra Mundial através de acordos comerciais, econômicos e militares, o Brasil também pretendia alcançar uma maior autonomia e diminuir a lógica de dependência.

Eis que, dentro desse contexto, o nacionalismo se inseriu como possibilidade para promover essa independência. A corrente nacionalista ganhou força, pois em determinado momento passou a funcionar como um fator de mobilização e aglutinação da política interna, fundamental para viabilizar projetos mais autônomos e que poderiam simultaneamente favorecer as políticas desenvolvimentistas.

É fato que o nacionalismo ainda hoje é um conceito bastante complexo e, como vimos, está relacionado à ideia de nação, tendo sido apropriado em diferentes contextos a partir de sua concepção. Através da contribuição teórica de Eric Hobsbawm, vimos que, segundo ele, o termo “nação” é historicamente recente, e que o melhor modo de entender sua natureza é seguir aqueles que, sistematicamente, começaram a operar com esse conceito em seu discurso político e social durante a Era das Revoluções, especialmente a partir de 1830, com o nome de “princípio da nacionalidade”.

Para o historiador, o significado de “nação”, e também o sentido mais frequentemente utilizado na literatura, era político. Traduzia “o povo” e o Estado principalmente no contexto das revoluções francesa e estadunidense, nas quais tomaram força expressões como “Estado-nação”, “Nações Unidas”. Assim sendo, a “nação” era o corpo de cidadãos cuja soberania coletiva os constituía como um Estado concebido como sua expressão política; além disso, ela sempre incluiria o elemento da cidadania e da escolha ou participação de massa.¹⁰⁶

¹⁰⁶ HOBBSAWM, E. J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1990. p. 31.

No que concerne ao cenário brasileiro, em especial o período do ISEB, o nacionalismo foi um fenômeno inovador no País e que teve também características distintas daquelas utilizadas por Getúlio Vargas ao longo do Estado Novo. Em seu primeiro governo, Vargas adotou uma postura nacionalista, porém com objetivo diferente do que vimos no contexto do ISEB. Naquele período, o nacionalismo foi apropriado através de um substrato patriótico, a fim de contribuir para a formação de uma identidade nacional, una e coesa.

Diante disso, é importante observar as distinções que abarcam o sentido que o nacionalismo assume de acordo com cada tempo histórico abordado. É fundamental atentar para a disparidade do conceito no contexto do ISEB, especialmente em relação às raízes do nacionalismo estudadas por Eric Hobsbawm.

Ao historicizar o conceito de “nação” e “nacionalismo”, a contribuição de Hobsbawm está no sentido de compreender como se deram as diferentes apropriações do nacionalismo em diversos países do mundo. Diante disso, é possível entender o processo dialético que envolve determinados conceitos e como a historiografia pode contribuir para a sua elucidação.

No Brasil da primeira fase do ISEB, a intelectualidade trabalhava ativamente em estudos, avaliações e no planejamento de um país que, para eles, tinha um futuro visivelmente promissor. Porém, os meios para alcançar esse próspero devir, como vimos ao longo deste estudo, eram conflitantes e envoltos em uma névoa de inseguranças ideológicas e dúvidas metodológicas em meio a uma estrutura estatal ainda precária.

A grande questão era como viabilizar o processo de desenvolvimento do Brasil e de que modo guiar esse desenvolvimento de maneira mais efetiva. Estas perguntas encontraram respostas através do nacionalismo, sendo o ISEB um dos principais centros difusores dessa corrente. As ideias variavam de acordo com cada isebiano, mas, num aspecto geral, defendiam a intervenção do Estado na economia; este deveria suprir as demandas não atendidas pela iniciativa privada, encabeçando o movimento desenvolvimentista¹⁰⁷.

No decorrer do presente Trabalho de Conclusão de Curso, constatamos que Hélio Jaguaribe e Nelson Werneck Sodré se assumiam como nacionalistas mas eram vozes desafinadas que ecoavam através do ISEB; embora versassem sobre o mesmo tema, cada um interpretava-o de maneira diferente. Assim, o nacionalismo figurou como uma das questões centrais principalmente ao longo da primeira fase do instituto.

¹⁰⁷ ABREU, Alzira Alves de. Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel. *As esquerdas do Brasil: nacionalismo e reformismo radical: 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 420.

Se o nacionalismo teve uma importante apropriação no contexto brasileiro, isso se deve à força das discussões que emergiram na cena política e econômica geradas por uma espécie de tomada de consciência acerca das potencialidades do nosso país. Em diversos âmbitos, os intelectuais e estudiosos de diversas áreas discutiam e reconheciam no Brasil possibilidades que poderiam elevar o País a um patamar nunca antes visto: recursos naturais incontáveis, um vasto território, um sistema capitalista em ascensão e muitas possibilidades de inserção econômica e financeira no mercado mundial – fatores que tornavam o Brasil um campo para investimentos promissores.

Neste sentido, a grande tomada de consciência foi no que diz respeito à autonomia estatal, ou seja, o Brasil poderia viabilizar todas essas questões de maneira independente, sem submeter-se às potências da época. Havia chegado a hora de andar com as próprias pernas, abrindo os caminhos para eliminar atravessadores e, se ainda não houvessem as devidas condições para isso, dever-se-ia criá-las, pois o País já estava preparado para tal. Como vimos, o nacionalismo assumiu o papel de formatador dessa nova concepção.

As questões que tentamos responder através deste estudo foram as seguintes: que nacionalismo era este? O que era exatamente ser nacionalista naquele contexto? E pudemos concluir que o nacional-desenvolvimentismo teve papel fundamental na condução da ideologia nacionalista. O planejamento dos campos de atuação, estudos específicos sobre os setores da economia que precisavam de investimento, a criação de políticas de incentivo para a indústria, entre outras medidas, fizeram com que um grande otimismo tomasse conta da sociedade brasileira, em especial durante os chamados “anos dourados”.

Mas havia muitas opiniões distintas sobre como viabilizar esses aspectos. Como se poderia erradicar a lógica da dependência estrangeira que se havia configurado desde o Brasil Colônia? Este era um ponto fundamental, e é justamente nesse aspecto que o nacionalismo aparece, como uma forma de quebrar esse atrelamento, inserindo o País no sistema capitalista, porém autonomamente. O nacionalismo surgiu no Brasil como uma espécie de “despertar”; era a nação acordando para uma nova realidade em que figurava a superação do atraso e abertura das portas para a modernização.

Porém, o presente estudo nos esclareceu que o nacionalismo não foi uma corrente coesa, também era interpretado de formas distintas pela intelectualidade da época. Muitos dos pensadores e estudiosos posicionavam-se de acordo com suas orientações ideológicas, apresentando diferentes pontos de vista.

Diante de diversas apostas para transformar a teoria nacionalista em prática, foi possível perceber que, assim como uma moeda tem dois lados, o nacionalismo também se

alternava entre o “cara” ou “coroa”. Eis a importância da problemática: o que era ser nacionalista no Brasil naquele período? Hélio Jaguaribe e Nelson Werneck Sodré tinham uma proposta, mas não uma resposta – no entanto, ambos fizeram suas apostas.

É preciso atentar para o fato de que houve outros grupos que criticavam ou se utilizavam do nacionalismo, mas dentro desta diversidade, pudemos observar que Jaguaribe apostava no nacionalismo como uma forma de potencializar e agilizar o desenvolvimento, porém contando com a inserção do capital estrangeiro nos setores mais defasados da nossa economia. Através da análise dos capítulos selecionados do seu livro *O nacionalismo na atualidade brasileira*, vimos que, para ele, a estrutura estatal ainda era débil em diversos segmentos; o Estado estava contaminado pela lógica cartorial que travava os processos de planejamento e consequentemente os meios para alcançar desenvolvimento de maneira autônoma, ou seja, o Estado era inábil na condução das políticas de proposta nacionalista.

Assim sendo, o isebiano tornou-se um dos maiores críticos da corrente nacionalista que figurava na cena política, econômica e intelectual da época. Ele tentou, através de seu livro, mostrar as contradições daquele nacionalismo apontando seus equívocos e lançando um novo olhar para o conceito. Para Jaguaribe, a corrente nacionalista era imatura e contraditória, era deficiente em sua teoria. Por isso ele propôs outro ponto de vista para a interpretação do que exatamente era o nacionalismo dentro de suas possibilidades práticas e potencialidades.

Além disso, o isebiano aponta que as diversas defasagens de um sistema capitalista ainda prematuro não teriam como se sustentar sozinhas, não havia uma força motriz dentro do Estado que poderia promover financeiramente os investimentos necessários para desenvolver a indústria, o comércio, etc. Setores como o funcionalismo público, saúde, educação, saneamento básico, entre outros, ainda eram precários no País, havia determinados campos que precisavam de investimento; seria muito difícil o Brasil dar conta de todas essas necessidades sozinho.

Por isso Jaguaribe defendia a inserção do capital estrangeiro; para ele, era uma forma de viabilizar os projetos, dinamizar os processos, trazendo elementos que o País não tinha ainda condições de suprir, justamente em virtude do seu passado de dependência colonial. Para o isebiano, o capital estrangeiro era fundamental para superar o atraso; e, no que diz respeito ao nacionalismo, vimos que ele defendia que as políticas não deixariam de ser nacionalistas pelo fato de contarem com investimentos externos, pois não necessariamente todas as etapas de investimento precisariam ser nacionais. Era possível ser nacionalista da mesma forma, o Brasil estaria apenas se utilizando de recursos que não tinha à sua disposição naquele momento e que não poderiam ser criados autonomamente dentro daquele contexto.

Para Hélio Jaguaribe, havia determinadas áreas, como a Petrobras, por exemplo, que eram ainda carentes no que diz respeito a técnicas modernas de extração e produção, tecnologias que o País não teria como adquirir sozinho; isso só seria possível caso se permitisse uma parceria com países que poderiam viabilizar tais questões. Segundo o autor, se havia essa possibilidade, porque não a utilizar? Ele defendia que existiam formas de regulação e controle do capital estrangeiro, de modo que ele servisse apenas como um impulso para as áreas mais defasadas e para que o Brasil pudesse, através desse investimento, adquirir as tecnologias que ainda não possuía.

Diante disso, ao analisar o recorte aqui proposto, podemos dizer que, para Hélio Jaguaribe, ser nacionalista era antes de mais nada priorizar o desenvolvimento nacional, mas sem travar o investimento estrangeiro. Ser nacionalista era permitir que o País utilizasse o capital estrangeiro em benefício próprio, que se aproveitasse dele para possibilitar o desenvolvimento de áreas específicas que trariam retorno financeiro para a nação.

Esse era o nacionalismo que verdadeiramente favorecia a nação, pois permitiria o fim da lógica cartorial, dos esquemas de privilégios, da troca de favores e, por fim, beneficiaria o povo brasileiro, que poderia usufruir do bem-estar social promovido através do uso planejado do capital estrangeiro em setores específicos e estratégicos em benefício do próprio País. Para Jaguaribe, se os fins fossem nacionalistas, os meios pouco importavam.

Porém, o outro lado da moeda tinha como principal apostador Nelson Werneck Sodré, que enxergava o nacionalismo de maneira diferente. O historiador de esquerda, assumidamente marxista, defendia um nacionalismo independente, totalmente autônomo e que tivesse todas as possibilidades de promover o seu próprio desenvolvimento mediante políticas próprias sem a interferência de capital estrangeiro.

Através do presente estudo, foi possível perceber que, para Sodré, o nacionalismo genuíno era aquele que possibilitava a libertação nacional, quase como um processo revolucionário, em que o País se soltava das amarras externas, trilhando um caminho autônomo. Segundo ele, o Brasil tinha as ferramentas de que precisava para promover seu desenvolvimento, e não havia qualquer necessidade de auxílio externo para colocar isso em prática.

Depois da presente análise acerca do livro de Nelson Werneck Sodré *Raízes históricas do nacionalismo brasileiro*, vimos que, para o isebiano, ser nacionalista era mais do que valorizar elementos nacionais, era possibilitar a quebra dos pactos de subserviência mantidos com alguns países desenvolvidos. Ser nacionalista era acabar com os esquemas de submissão diante dessas potências que continuavam mantendo com o Brasil acordos que remetiam à

lógica colonial; segundo ele, o país já tinha potencial suficiente para romper com os velhos paradigmas de dependência. Para tal, havia propostas que iam ao encontro desses ideais, eram estudos e projetos desenvolvidos pelos intelectuais nacionalistas como Sodré, que traziam os planos de ação para colocar em prática as políticas que iriam levar o Brasil à condição de dono do seu próprio destino.

De acordo com o nacionalismo proposto pelo autor, o Brasil não deveria entregar seus recursos naturais para empresas estrangeiras que posteriormente nos venderiam esses mesmos produtos já beneficiados por um valor muito mais alto, ou simplesmente entregar nossos recursos para exploração pelo fato de não termos ainda as tecnologias necessárias para tal. Não se poderia permitir o endividamento do País através de empréstimos que apenas favoreciam a lógica de dependência, entregando em moratória o capital interno.

Ser nacionalista, para Nelson Werneck Sodré, era conquistar os meios necessários para que nos livrássemos desses entraves e conquistar o controle dos nossos próprios recursos e suas potencialidades. Era permitir que o Brasil fosse dos brasileiros, beneficiando a nação, dando retorno à sociedade, gerando emprego e reduzindo a fome e o analfabetismo; era o Brasil trilhando o caminho do desenvolvimento em favor dos brasileiros. Diante disso, para Sodré, ser nacionalista era assumir o controle dos meios para chegar ao fim, o desenvolvimento autônomo.

Em teoria, o princípio do nacionalismo está claro para os dois autores analisados dentro do recorte aqui proposto; ambos tinham estudos e apontamentos para colocar em prática suas propostas e possibilitar o desenvolvimento do País.

Hélio Jaguaribe, no que diz respeito ao seu livro analisado, expõe detalhadamente ao longo de quase 300 páginas suas avaliações e propostas. Mas, apesar de defender seu posicionamento como sendo nacionalista, acabou sendo muito criticado por seus colegas isebianos que não o consideravam nacionalista, mas sim um “entreguista”. A dicotomia “nacionalista e entreguista” figurava muito entre os intelectuais do ISEB, justamente pela força que havia adquirido o nacionalismo tanto nos meios intelectuais como nos meios populares.

Para muitos isebianos, Hélio Jaguaribe não era um nacionalista, seu ponto de vista e suas propostas não estavam em consonância com os ideais nacionalistas, ainda que ele se definisse como tal e defendesse arduamente que o processo de desenvolvimento poderia ser nacionalista mesmo contando com uma parcela do capital estrangeiro, pois não se deixaria de ser nacionalista por aceitar a colaboração externa nos setores que ainda eram precários. Para a maioria do isebianos, esse posicionamento não era nacionalista e sim entreguista, ou seja,

daquele que queria deixar o Brasil nas mãos das grandes potências, entregar o País e seus recursos para terceiros lucrarem, mantendo a lógica de dependência.

Para os nacionalistas representados por Nelson Werneck Sodré, não havia mais espaço para os entreguistas; o Brasil estava então em condições de criar os meios necessários para seu desenvolvimento autônomo, investindo nas indústrias de base, ampliando o mercado interno, substituindo importações, incentivando a criação de novas indústrias de caráter nacional. A crítica e a oposição aos chamados entreguistas era tão forte que, mesmo se armando com justificativas em diversos níveis, Jaguaribe não conseguiu convencer os isebianos de que não era um entreguista. E, depois da polêmica gerada pelo seu livro, principalmente em relação à defesa do uso do capital estrangeiro para exploração de petróleo no Brasil, ele acabou por se desligar do instituto, justamente pela pressão dos intelectuais que se consideravam verdadeiramente nacionalistas.

Era um momento único na história do Brasil: intelectualmente tentou-se criar condições para a prática do nacionalismo propriamente dito, porém no campo da ação os ideais nacionalistas não conseguiram encontrar o espaço necessário e as condições específicas que possibilitassem à teoria sair do campo das ideias.

Havia uma elite interessada na manutenção dos acordos com o capital estrangeiro, defensora do liberalismo econômico e da não intervenção estatal na economia. A esta elite não interessavam os princípios da corrente nacionalista, mesmo que fosse numa linha mais heterodoxa, como a que defendia Hélio Jaguaribe, por exemplo. Foi essa mesma elite que articulou o golpe militar de 1964, que, entre outros motivos, tinha como força motriz a manutenção das relações econômicas com os Estados Unidos. Aos articuladores do golpe interessavam as políticas de livre mercado, as privatizações e vantagens, inclusive de caráter pessoal, que poderiam obter através desses acordos.

Além disso, como vimos, havia o contexto da Guerra Fria, em que as disputas entre os Estados Unidos e União Soviética polarizaram o mundo. Para os estadunidenses, era fundamental manter a influência sobre o maior número de países possível, principalmente no continente americano, após o advento da Revolução Cubana. Para os Estados Unidos, o comunismo era um perigo iminente; era preciso afastar qualquer possibilidade de fortalecimento dessa ideologia, combatendo ideias que pudessem favorecer o surgimento de qualquer iniciativa que se identificasse com os propósitos comunistas. Foi dessa forma que algumas das intenções nacionalistas foram vistas com desconfiança pelos setores mais conservadores e simpatizantes dos estadunidenses aqui no Brasil, bem como pelos próprios norte-americanos, que não mediam forças para manter-se no controle.

Muitas demandas discutidas pelo ISEB e seus intelectuais nacionalistas, em especial na última fase do instituto, já no Governo de João Goulart, passaram a ser vistas como subversivas e radicais. Como vimos, questões como as políticas independentes e autônomas em relação aos países desenvolvidos, bem como as propostas que defendiam reformas de base, reforma agrária, melhor distribuição de renda e, principalmente, uma postura mais militante dos nacionalistas isebianos, começaram a chamar a atenção, gerando muita desconfiança. A partir desse momento, tais ideias foram vistas com receio, representavam o risco de radicalização e o perigo comunista propriamente dito.

Diante disso, ao longo dos anos de atuação do ISEB, o nacionalismo foi de salvação à subversão, muito em virtude do contexto histórico nacional e internacional que se encontrava em constante transformação. Foi então que a Escola Superior de Guerra, em parceria com Washington, armou o contra-ataque: era necessária a plena restauração das relações econômicas com os EUA e, em especial, a contenção das tendências esquerdistas, “restaurando a ordem” no Brasil.

Dessa forma, entre diversos fatores, mas como vimos ao longo deste estudo, em especial diante do perigo comunista¹⁰⁸ que ameaçava o Brasil, deu-se o golpe militar. O fim do ISEB estava decretado e, ousamos dizer, a partir daquele momento, o nacionalismo, por sua vez, passou a ser apropriado pelos militares e por setores de direita num sentido voltado ao patriotismo.

Na conjuntura de 1964, a ideologia nacionalista isebiana, em especial aquela defendida por Nelson Werneck Sodré, foi posta de lado, e suas aspirações se enfraqueceram, sendo seus principais ideólogos vítimas das represálias impostas pela ditadura.

Embora não possamos afirmar que o nacionalismo isebiano tenha sido extinto naquele momento, talvez possamos perceber esta questão como um possível processo que o transformou. Assim, o nacionalismo pode ter assumido novamente uma ressignificação, sendo a partir daquele momento tomado por um tom patriótico, oriundo dos conflitos político-sociais e estímulos midiáticos do contexto da “Marcha da família com Deus pela liberdade”, em que os elementos nacionais passaram a ser apreciados num sentido de amor à pátria e aos valores morais da nação.

Esta é uma questão merecedora de uma atenção especial, mas que infelizmente não pode ser devidamente esclarecida pelo presente estudo em virtude do recorte temático e

¹⁰⁸ TOLEDO, Caio Navarro de. *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro, RJ: Revan, 2005. p. 191.

metodológico proposto. Porém, levando em consideração acontecimentos do nosso tempo presente, em que alguns dos elementos do contexto isebiano e do golpe de 64 parecem figurar novamente na atual conjuntura político-social, talvez esta reflexão seja uma importante contribuição deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Os elementos que estão eclodindo no contexto político atual chamam a atenção pelo fato de aparentemente trazerem o retorno de posicionamentos conservadores, ao mesmo tempo que estão mergulhados num nacionalismo patriótico. Mesmo correndo o risco de anacronismo, consideramos que esta é uma ponderação pertinente no que diz respeito ao presente momento da história do Brasil, e que talvez futuramente mereça maior apreço em um estudo mais aprofundado.

Metodologicamente, é muito delicado analisar o tempo presente em virtude da sua dialética estar em pleno movimento, mas é possível constatar que determinados elementos se entrelaçam entre passado e presente. Nestes últimos meses, pudemos perceber que, ao longo dos protestos pedindo a saída da Presidente Dilma Rousseff do governo, houve a utilização de um discurso em favor do Brasil que enaltecia o País e suas virtudes, chamando os “cidadãos de bem” para uma luta contra a corrupção; de acordo com esse discurso, os valores da nação brasileira estavam ameaçados por aquele governo. Neste cenário, vimos eclodir posturas conservadoras e reacionárias. O que temos acompanhado desde então é o empoderamento de diversos partidos de uma corrente política de direita, ancorada pela mídia e representada por essa parcela da população brasileira, que exalta determinados valores nacionais.

É importante percebermos que, no contexto atual, esse nacionalismo patriótico que vimos eclodir no Brasil tem em seu discurso elementos que nos remetem inclusive ao fascismo. Esta parcela da sociedade manifesta-se através de posicionamentos e opiniões fundamentados numa lógica patriarcal, machista, xenófoba, misógina e preconceituosa. Posicionam-se contra as políticas sociais, os direitos das minorias, rejeitando inclusive o princípio do Estado laico; vemos, de maneira geral, a política misturando-se à religião e recebendo apoio desta mesma parcela da sociedade.

É sabido que o nacionalismo foi utilizado pelos regimes fascistas europeus, sendo uma ideologia empregada para mobilização das massas, o que inclusive fez com que tomasse um tom pejorativo após esses eventos. Porém, conforme destacamos, o nacionalismo teve uma apropriação diferenciada no Brasil, em especial no contexto isebiano aqui analisado.

Mas é justamente após a análise do nacionalismo feita pelo presente estudo que podemos nos perguntar: quais são as rupturas e permanências dessa ideologia nas referidas conjunturas históricas em relação ao nosso tempo presente?

O trabalho do historiador é justamente investigar tais elementos, percebendo o movimento dialético que os envolve, investigando acontecimentos, interpretando fatos e assim teorizando conceitos para que seja possível historicizá-los dentro dos períodos de curta, média e longa duração. É o que foi pretendido neste estudo em relação ao conceito de “nacionalismo”.

Diante disso, na nossa contemporaneidade, talvez possamos nos questionar novamente sobre que nacionalismo é este dos dias de hoje, quais são as rupturas e permanências em relação à corrente nacionalista isebiana problematizada neste estudo. Mas, principalmente, por que está eclodindo na nossa sociedade novamente um discurso conservador ancorado num nacionalismo patriótico e que se está configurando praticamente como um ataque às liberdades e direitos constitucionais arduamente conquistados pela sociedade como um todo, em especial pelas minorias.

Todo historiador utiliza o preceito de que *conhecer o passado é a melhor forma de compreensão do presente*. Esta é a reflexão pretendida por este Trabalho de Conclusão de Curso, que objetivou a realização de um estudo crítico acerca do nacionalismo brasileiro no contexto do ISEB, mas que pudesse contribuir também para reflexões acerca da nossa atualidade.

A contribuição para a historiografia está justamente na proposta de compreensão de elementos que, como mencionamos metaforicamente no início do presente estudo, *dançam com os séculos, com as décadas e os anos, ora parando para descansar, ora girando no salão do tempo sem cessar*. Assim, ao longo da história, num ritmo descompassado, pudemos compreender a questão do nacionalismo que, salvaguardados seus conceitos e definições diversas, teve no Brasil a importante ressignificação aqui estudada, mas que também se propõe lançar um olhar para atualidade, contribuindo para elucidar a história do tempo presente.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Alzira Alves de. A ação política dos intelectuais do ISEB. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- _____. Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel. *As esquerdas do Brasil: nacionalismo e reformismo radical: 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru, SP: EDUSC, 2005.
- ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1856-1964) In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel. *As esquerdas do Brasil: nacionalismo e reformismo radical: 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- DOLHNIKOFF, Miriam. Elites regionais e a Construção do Estado Nacional. In: JANCÓS, István (Org.) *Brasil: formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Fapesp, 2003.
- FERREIRA, Jorge. *O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de história*, v. 24, n. 47, jan./jun. 2004.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção, 1906-1954*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- GALEANO, Eduardo H. *As veias abertas da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- GRESPLAN, Jorge Luís da Silva. O Marxismo de Nelson Werneck Sodré. In: SILVA, Marcos. *Nelson Werneck Sodré na Historiografia Brasileira*. São Paulo. EDUSC, 2001.
- HOBBSBAWM, Eric. *A Era dos Impérios, 1875-1914*. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
- _____. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1990.
- JAGUARIBE, Hélio. O ISEB e o desenvolvimento nacional. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.
- _____. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

JANCSÓ, István; PIMENTA, João Paulo G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, C. G. *Viagem incompleta. A experiência Brasileira*. São Paulo: Senac, 2000.

JATOBÁ, Roniwalter. *O Jovem JK*. São Paulo: Nova Alexandria, 2005.

LAFER, Celso. *JK e o programa de metas, 1956-1961: processo de planejamento e sistema político no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

MIGLIOLI, Jorge. O ISEB e a encruzilhada nacional. In: TOLEDO, Caio Navarro de (Org.). *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana*. São Paulo: Brasiliense, 1991.

MUNHOZ, Sidnei. Guerra Fria: um debate interpretativo. In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (Org.). *O século sombrio*. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2004.

PINTO, João Alberto da Costa. Nelson Werneck Sodré e o Projeto da História Nova do Brasil. In: SILVA, Marcos. *Nelson Werneck Sodré na Historiografia Brasileira*. São Paulo. EDUSC, 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Raízes Históricas do Nacionalismo Brasileiro*. Rio de Janeiro: ISEB. 1960.

TEIXEIRA, Alberto. *Planejamento público: de Getúlio a JK (1930 -1960)*. Fortaleza: Iplance, 1997.

TOLEDO, Caio Navarro de. *Intelectuais e política no Brasil: a experiência do ISEB*. Rio de Janeiro, RJ: Revan, 2005.

_____. *ISEB: fábrica de ideologias*. São Paulo: Ática, 1978.

VALIM, Alexandre Busko. Da boa vizinhança à cortina de ferro: política e cinema nas relações Brasil-EUA em meados do século XX. In: MUNHOZ, Sidnei J.; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da (Orgs.). *As relações Brasil-EUA no século XX*. Maringá, PR: EDUEM, 2011.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Do nacional-desenvolvimentismo Política Externa Independente (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

WEFFORT, Francisco. O populismo na política brasileira. In: Weffort, Francisco. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

Webgrafia

ABREU, Alzira Alves de. O ISEB e o desenvolvimentismo. In: O GOVERNO de Juscelino Kubitschek. Disponível em:
<<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Economia/ISEB>>. Acesso em: 18 ago. 2015.

Disponível em:
<<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/artigos/EleVoltou/Petrobras>>.
Acesso em: 10 mar. 2016.

Disponível em:
<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/helio_jaguaribe>. Acesso em:
10 mar. 2016.

Disponível em:
<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/nelson_werneck_sodre>.
Acesso em: 10 mar. 2016.

Disponível em:
<http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/As_frentes_partidarias_durante_o_governo_Goulart>. Acesso em: 10 mar. 2016.

Disponível em: <<http://www.valortributario.com.br/arquivos/3836>>. Acesso em: 15 abr. 2016.

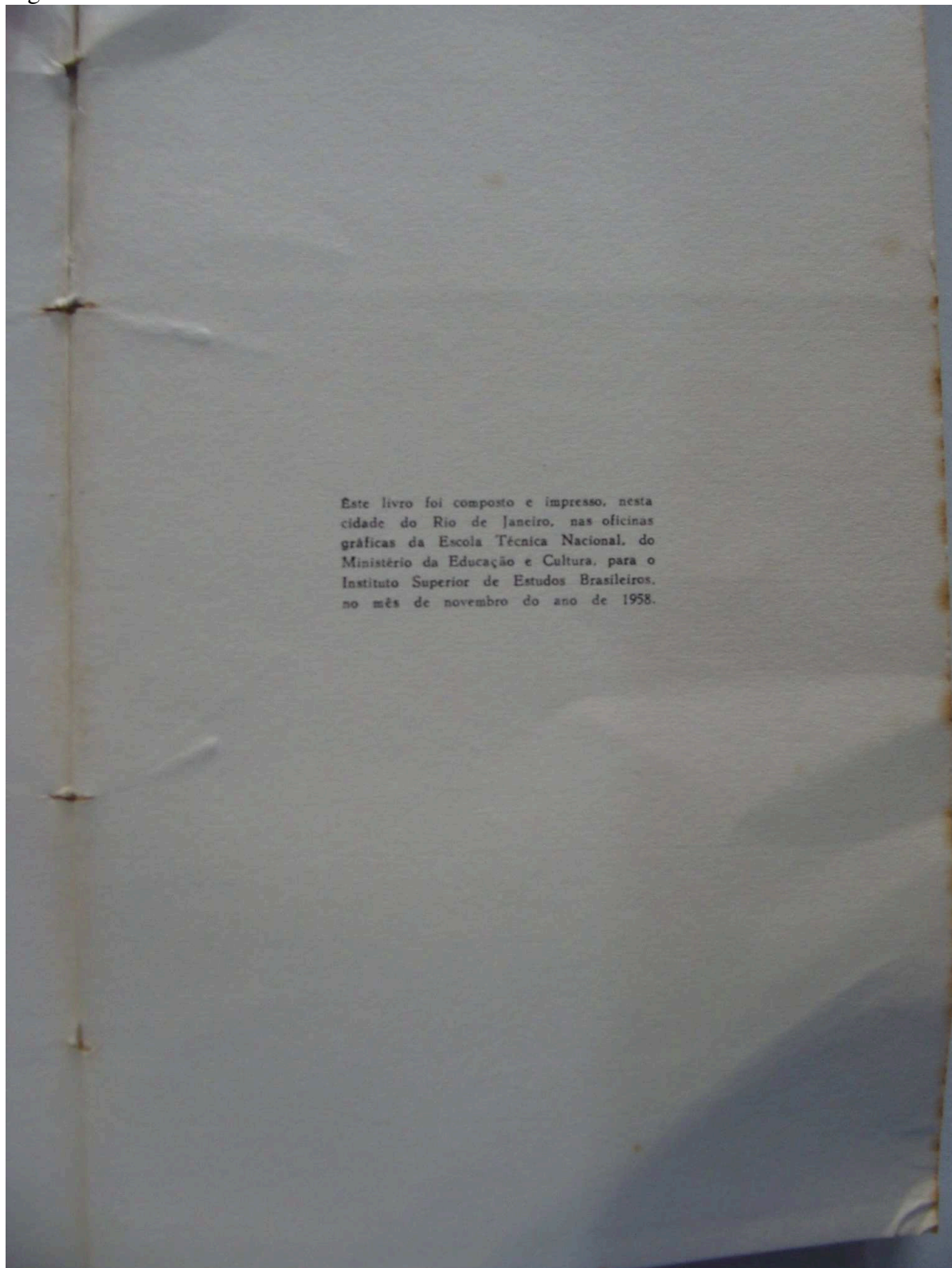
GOMES, Fabrício Augusto Souza. *Perigos sob a sombra das Palmeiras*: a relação entre o ISEB e os militares no governo JK (1956-1960). Disponível em:
<http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/resources/anais/8/1276198857_ARQUIVO_PerigossobasombradasPalmeiras-arelacaoentreoISEBeosmilitaresnogovernoJK-FabricioAugustoSouzaGomes.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2015.

LOVATTO, Angélica. *A utopia nacionalista de Hélio Jaguaribe* – os tempos do ISEB. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/18983>>. Acesso em: 31 ago. 2015.

SOUZA, Edson Rezende de. *O ISEB*: a intelligentsia brasileira a serviço do nacional-desenvolvimentismo na década de 1950. Disponível em:
<<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/tel/article/view/2609#.V2jAf9IrJdg>>. Acesso em: 18 ago. 2015.

ANEXOS

ANEXO A – Primeiras páginas da obra *O Nacionalismo na atualidade brasileira*, de Hélio Jaguaribe



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS

PALMEIRAS, 55 — BOTAFOGO — RIO DE JANEIRO
Tel. 26-5829

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS

HÉLIO JAGUARIBE

CONSELHO CONSULTIVO

+40
NOME
Abgar Renault, Alberto Guerreiro Ramos, Alvaro Lins, Alvaro Vieira Pinto, Ari Torres, Atilio Vivacqua, Cassiano Ricardo, Augusto Frederico Schmidt, Padre Augusto Magne, Carlos Chagas Filho, Celso Kelly, Djacir Menezes, Fernando de Azevedo, Flaminio Fávero, Francisco Clementino San Thiago Dantas, Gilberto Freyre, Heitor Villa Lobos, Herbert Mozes, Hermes Lima, Horácio Lafer, João de Scantimburgo, José Coelho Pereira de Souza, José Flexa Ribeiro, José Honório Rodrigues, José Leite Lopes, Leopoldo Aires, Levi Carneiro, Lucas Lopes, Luiz Simões Lopes, Luiz Vianna Filho, Marcos Almir Madeira, Mário Travassos, Miguel Reale, Nelson Omeña, Nestor Duarte, Orlando Magalhães Carvalho, Otávio Monteiro de Camargo, Paulo Berredo Carneiro, Paulo Duarte, Pedro Calmon Muniz de Bittencourt, Padre Pedro Veloso, Plínio Sussekind Rocha, Sergio Buarque de Holanda e Sergio Milliet.

CONSELHO CURADOR

8
Anísio Teixeira, Ernesto Luiz de Oliveira Junior, Hélio de Burgos Cabal, Hélio Jaguaribe Gomes de Mattos, José Augusto de Macedo Soares, Nelson Werneck Sodré, Roberto de Oliveira Campos e Roland Cavalcanti de Albuquerque Corbisier.

DIRETOR EXECUTIVO

Roland Cavalcanti de Albuquerque Corbisier.

DEPARTAMENTOS

5
Filosofia — Alvaro Vieira Pinto.
História — Cândido Antônio Mendes de Almeida.
Ciência Política — Hélio Jaguaribe Gomes de Mattos.
Sociologia — Alberto Guerreiro Ramos.
Economia — Ewaldo Corrêa Lima.

O NACIONALISMO
NA
ATUALIDADE BRASILEIRA



TEXTOS BRASILEIROS DE POLÍTICA

— 1 —

RIO DE JANEIRO — 1958

<i>PREFÁCIO</i>	7
<i>INTRODUÇÃO</i>	11
Nacionalismo como linha divisória	11
Inconsistências do nacionalismo	12
Imperativo de formulação	13

PRIMEIRA PARTE

OS PROBLEMAS TEÓRICOS

CAPÍTULO I — O NACIONALISMO COMO FENÔMENO HISTÓRICO-SOCIAL

O NACIONALISMO COMO FENÔMENO	17
A — O FENÔMENO NACIONAL	18
Que é a nação	18
Condições objetivas da nação	19
Concepção dialética da nação	20
Nacionalismo integrador e nacionalismo imperialista	21
B — FORMAÇÃO DAS NACIONALIDADES	23
Causas das nacionalidades	23
As características nacionais	23
A nação e os demais grupos sociais	24
Compreensão histórica da nação	25
Comparação com a Polis	26

Comparação com a Idade Média	27
A nação como quadro de desenvolvimento	27
Os fins da nação	29

CAPÍTULO II — SUSCINTA ANÁLISE DO NACIONALISMO BRASILEIRO

Da nação histórica à nação política	30
Desenvolvimento e nacionalismo	31
Sociologia do nacionalismo	32
Psicologia do nacionalismo	34

CAPÍTULO III — CONTRADIÇÕES DO NACIONALISMO BRASILEIRO

Quadro das contradições	37
Contradições econômicas	37
Contradições sociais	40
Contradições culturais	42
Contradições políticas	43
Conclusão	46

CAPÍTULO IV — SENTIDO DO NACIONALISMO BRASILEIRO

A — O PROBLEMA IDEOLÓGICO	47
Natureza das contradições	47
Ideologia e situação	48
B — SENTIDO DO NACIONALISMO BRASILEIRO	50
Consciência histórica	50
Nacionalismo de meios e de fins	52
Unilateralismo e sistema	53
Nacionalismo formal e nacionalismo dialético	54
C — DESENVOLVIMENTO EM SITUAÇÃO	56
Classicismo e nacionalismo	56
A perspectiva mecânico-formal	57

A perspectiva histórico-dialética	59
Ideologia global	62

CAPÍTULO V — ESTATISMO E PRIVATISMO

Sentido da polêmica	66
Os aspectos da questão	67
Indivíduo e Estado	69
Privatismo natural e privatismo social	72
Conteúdo do privatismo	73
Regime da gestão econômica	75
O debate histórico	76
O processo histórico do socialismo	78
O processo histórico do capitalismo	81
Convergência dos sistemas	86
A função empresarial	88
Regime da função empresarial	92
O dilema brasileiro	97

SEGUNDA PARTE

OS PROBLEMAS CONCRETOS

CAPÍTULO VI — CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

1.ª SEÇÃO — POLÍTICA DO PETRÓLEO

CAPÍTULO VII — CRIAÇÃO DA PETROBRÁS

Constituição da empresa	104
Programa da Petrobrás	105

CAPÍTULO VIII — TESES PRÓ-PETROBRÁS

I — TESE DO CAPITAL NACIONAL	109
a) Superprodução mundial	109

— 302 —

b) <i>Maior rendimento do Oriente Médio</i>	110
c) <i>Relatividade dos investimentos</i>	110
d) <i>Conclusão nacionalista</i>	111
II—TESE DO MONOPÓLIO	112
a) <i>Máxima eficácia na pesquisa e lavra</i>	112
b) <i>Máxima rentabilidade</i>	114
III—TESE DO MONOPÓLIO ESTATAL	114

CAPÍTULO IX — TESES CONTRA
A PETROBRÁS

I—TESE DA PARTICIPAÇÃO DO CAPITAL ESTRAN- GEIRO	117
II—TESE DA LIVRE CONCORRÊNCIA	119
III—TESE DA INICIATIVA PRIVADA	120

CAPÍTULO X — A AÇÃO DA PETROBRÁS

Os resultados iniciais	122
O programa para 1957-59	124

CAPÍTULO XI — CONFRONTO CRÍTICO
DAS TESES

Posição do problema	128
Codificação	132
Capital nacional e capital estrangeiro	133
Monopólio e concorrência	135

CAPÍTULO XII — ECONOMIA E DECISÃO

O pré-econômico e o transeconômico	142
O desafio nacional	145
Reexame do petróleo	147
Eficiência e mito	153
Tábulas de confronto crítico	157

— 303 —

2.^a SEÇÃO — POLÍTICA DE CAPITAL
ESTRANGEIRO

CAPÍTULO XIII — O REGIME VIGENTE

O problema em foco	161
Regime legal	162
O mecanismo cambial	163

CAPÍTULO XIV — A CRÍTICA DO CAPITAL
ESTRANGEIRO

Sistematização das críticas	168
A espoliação econômica	169
O <i>deficit</i> cambial	170
O efeito colonizador	172

CAPÍTULO XV — A DEFESA DO CAPITAL
ESTRANGEIRO

Sistematização das teses	175
Aumento da capacidade de investimento	176
Elevação mais que proporcional da produtividade	177
Efeito germinativo	180

CAPÍTULO XVI — DISCUSSÃO DO PROBLEMA

Posição dos capitais estrangeiros	183
Confronto das teses	189
Efeito espoliativo e capacidade de investimento	190
Efeito cambial e produtividade	193
Efeitos colonizador e efeito germinativo	196
Necessidade do capital estrangeiro na América Latina	199

CAPÍTULO XVII — O CAPITAL ESTRANGEIRO
E A ECONOMIA NACIONAL

O Brasil e o capital estrangeiro	202
Atuais objetivos do capital estrangeiro	205

Antagonismos e coincidências	208
Situação brasileira	209
O empresário nacional	213
O mercado de capitais	217

3.^a SEÇÃO — POLÍTICA EXTERIOR

CAPÍTULO XVIII — A DIPLOMACIA BRASILEIRA

A crise do Itamarati	221
As três fases de nossa política exterior	225
Relações com os Estados Unidos	228

CAPÍTULO XIX — A POLÍTICA AMERICANISTA

As teses americanistas	233
O argumento ideológico	233
O argumento pragmático	236
O argumento realista	239

CAPÍTULO XX — A POLÍTICA NEUTRALISTA

A posição neutralista	243
Fundamento ideológico	244
Fundamento pragmático	250
Fundamento realista	255

CAPÍTULO XXI — CONFRONTO CRÍTICO

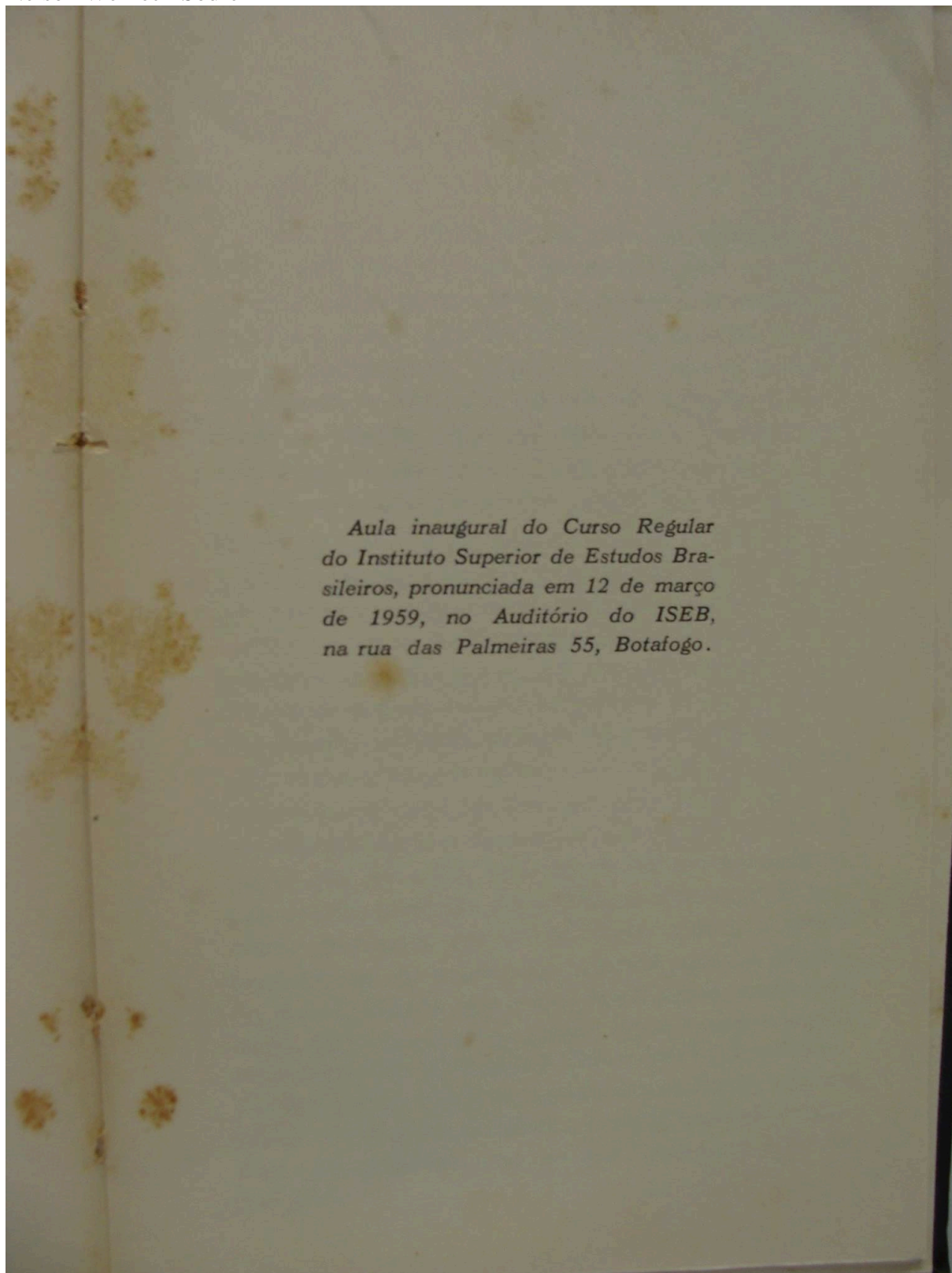
Qualificações prévias	258
Confronto ideológico	259
Confronto pragmático	265

CAPÍTULO XXII — CONDIÇÕES E POSSIBILIDADES DO NEUTRALISMO

O problema do confronto realista	268
Neutralismo e desenvolvimento	271

Neutralismo e apoio externo	276
Alcance e sentido do neutralismo	283
a) <i>América Latina</i>	288
b) <i>Países afro-asiáticos e árabes</i>	289
c) <i>Países europeus e Japão</i>	289
d) <i>Bloco soviético e China</i>	289
e) <i>Estados Unidos</i>	291
f) <i>Nações Unidas</i>	291
O neutralismo e as superpotências	292

ANEXO B – Primeiras páginas da obra *Raízes históricas do Nacionalismo brasileiro*, de Nelson Werneck Sodré



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
 INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS
 RUA DAS PALMEIRAS, 55 — BOTAFOGO — RIO DE JANEIRO
 ESTADO DA GUANABARA
 Tel. 26-5829

CONSELHO CURADOR

PRESIDENTE

MINISTRO CLOVIS SALGADO

CONSELHEIROS

DARIO CAVALCANTI DE AZAMBUJA, EURICO DA COSTA CARVALHO,
 GUILHERME DA SILVEIRA FILHO, HERMES LIMA, JOSÉ LEITE
 LOPES, ROLAND CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE CORBISIER E
 TANCREDO DE ALMEIDA NEVES

DIRETOR

ROLAND CORBISIER

DEPARTAMENTOS

FILOSOFIA — ALVARO VIEIRA PINTO
 HISTÓRIA — NÉLSON WERNECK SODRÉ
 POLÍTICA — CÂNDIDO A. MENDES DE ALMEIDA
 SOCIOLOGIA — JÚLIO BARBOSA
 ECONOMIA — IGNACIO RANGEL

SERVIÇOS

ESTUDOS E PESQUISAS — GILBERTO PAIM
 CURSOS E CONFERÊNCIAS — ALBERTO LATORRE DE FARIA
 PUBLICAÇÕES — CÉLIO LYRA
 DIVULGAÇÃO — JOSÉ MAURO GONÇALVES

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
 INSTITUTO SUPERIOR DE ESTUDOS BRASILEIROS

NELSON WERNECK SODRÉ

RAÍZES HISTÓRICAS DO NACIONALISMO BRASILEIRO

2.^a EDIÇÃO

★

TEXTOS DE FORMAÇÃO HISTÓRICA DO BRASIL

— 3 —

RIO DE JANEIRO — 1960